

Director
Leite de Magalhães

Editor
Joaquim Araujo

Propriedade da Empresa
de Publicidade Colonial, L.ª

Composto e Impresso
Rua do Seculo, 150

GAZETA DAS COLONIAS

Assinaturas

Série de 12 números
Continente e ilhas. 20\$00
Africa Ocidental. 26\$00
Africa Oriental.. 30\$00
Estrangeiro..... 50\$00
Publica-se nos dias 10 e 25
de cada mês

QUINZENÁRIO DE PROPAGANDA E DEFEZA DAS COLONIAS
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, RUA DO GREMIO LUSITANO, 40 1.º

ANGOLA



Um lote de 100 bois prontos para venda

Companhia de Moçambique

Comunicações Ferro-Viarias — BEIRA

Porto dos territorios da Companhia de Moçambique e o principal da Rhodesia do Norte e do Sul-Katanga Belga. — Protectorado da Niassalândia e vale do Zambeze



Exportação de milho da Beira

Durante o ano de 1923 foram exportados pelo porto da Beira 1.250.000 sacas de milho. Desse numero 797.000 sacos provinham da Rhodesia e 387.000 do territorio da Companhia de Moçambique. Estes importantes embarques indicam que a Beira está mantendo a sua posição de segundo porto cerealifero da Africa meridional e oriental

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Com o capital de Esc. 9.000.000\$00 (ouro)

Direito exclusivo de pesquisa e extração de diamantes na Provincia de Angola, por concessão do respectivo Governo

Séde social: Rua dos Fanqueiros, 12-2.º — LISBOA

Telegramas: DIAMANG

Escritorio em Bruxelas, Londres e Nova York

Presidente do Conselho de Administração

Banco Nacional Ultramarino

Presidente dos Grupos Estrangeiros

Mr. Jean Jadot

Administrador-delegado: ERNESTO DE VILHENA

Representação e direcção técnica em Africa

Representante

Tenente-coronel Antonio Brandão de Melo

Caixa Postal 347

Teleg.: DIAMANG

Director técnico

Mr. Gleen H. Newport

LOANDA

DUNDO

LUNDA

MARQUES, SEIXAS & C.^A L.^{DA}

LISBOA E AFRICA

LISBOA — TRAVESSA DOS REMOLARES, 10, 3.º, ESQ.

Telegramas "FERRAMENTA" — Telefone 2914 C.

NOVO REDONDO — CAIXA DO CORREIO N.º 3

Telegramas "SEIXAS" — Telefone 1

Sortido completo de armarinho, mercadorias para permuta, tintas, ferragens, etc.

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO

MARINHAS DE SAL

Criação de gado bovino, e navegação á vela para todos os portos da provincia

Grandes plantações de algodão e fabrica de desgranamento pelo sistema mais aperfeiçoado em Novo Redondo

Grandes depósitos de café do Amboim, óleo de palma e coconote das suas roças do Amboim e Seles-Boa Lembrança, Santa Clara, Aliança, Montebelo, Rio Luete e Monte Alto

ESCOLA NACIONAL

Fundada em 1869 por Barros Proença

Palacio da Anunciada--LISBOA

RUA ALVES CORREIA, 10

Telefone 2749-N.

DIRECTORES:

Artur Tamagnini de Sousa Barbosa

José Vicente de Freitas

Instrução primaria, curso dos liceus e curso comercial
Internato, semi-internato e externato

Resultado dos exames do ano lectivo findo:

Distinções	22
Aprovações	197
Passagem por média	183
Reprovações	21

Está aberta a matricula desde 15 de Setembro

COMPANHIA GERAL DE CONSTRUÇÕES

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

COMPANHIA PORTUGUEZA DE EMPREITADAS E DE GRANDES CONSTRUÇÕES
URBANAS E INDUSTRIAIS

EMPREITEIRA DA RECONSTRUÇÃO DO CAMINHO DE FERRO DE LOANDA-AMBACA

Encomenda-se de projectos e execução de obras de toda a natureza — Obras por empreitada e administração — Especialidade de trabalhos em cimento armado pelos processos mais modernos

Séde, em Lisboa, Rua do Alecrim, 65, 1.º

Filial, em Loanda, Avenida Brito Godins — Caixa Postal 221

COMPANHIA DO SELES

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

Capital 7.000:000\$00

SÉDE NO LOBITO

Secções no AMBOIM, (Gerencia em NOVO REDONDO)
Secção SELES (Gerencia no EGIPTO)

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Comercio, Agricultura e Criação de Gados em Angola

Escritório em Lisboa

RUA NOVA DO ALMADA, 80, 1.º

Telefone C. 196 — Ender. Teleg. GERAL COMPSELES

P. Santos Gil, Limitada

Importadores de Material Telegrafico e Material Ferro-Viario de toda a especie:
LOCOMOTIVAS, ZORRAS AUTOMÓVEIS, CARRUAGENS, TRACTORES AGRICOLAS, ETC.

Conserva stocks permanentes para entrega imediata

FABRICANTES | *Hoppel Industrial Car & Equipment Co., Ltd.*
Pennsylvania Car and Manufacturing Comp.^a

Secção de construções

Ladrilhos e Azulejos em lindos desenhos e cores Muralo «Murite», preservativos de madeiras em variadas cores, telhas e chapas de asbestos, etc., das melhores marcas.

Secção de Madeiras

Possuimos em armazem, para entrega imediata, madeiras da Provincia das melhores qualidades, em pranchões, barrotos e taboas, assim como travessas para caminhos de ferro, paus para minas, etc.

Secção de Productos

Compramos e exportamos toda a qualidade de productos da Provincia, tais como: Milho, Mapira, Copra, Amendoim, etc.

Estancias e Armazens Alfandegados ao Kilo metro 1 para Deposito de Mercadorias.

Offinas de Serração, Fabrica de Mobiliias, Portas, Janelas, Aros, etc. movidas a Electricidade.

TELEFONES | Escritorio 400
Estancia 493

LOURENÇO MARQUES

Companhia do Cuanza-Sul

Sociedade Anonima de Responsabilidade
Limitada

Capital 2000 CONTOS

SÊDE EM LISBOA

Rua da Conceição, 17, 2.º

Endereço telegrafico—CUANZASUL

Telefone C. 2182

**COMERCIO, AGRICULTURA
E INDUSTRIAS**

Propriedades agricolas em Novo-Redondo,
Porto Amboim e Amboim

Café, oleo de palma, coconote,
assucar e algodão

MARQUES, SEIXAS & C.^a L.^{da}

LISBOA E AFRICA

LISBOA — Travessa dos Remolares, 10, 3.º, Esq.
Telegramas "FERRAMENTA"—Telefone 2914 C.

NOVO REDONDO — Caixa do Correio N.º 3
Telegramas SEIXAS — Telefone 1

Sortido completo de arminho,
mercadorias para permuta,
tintas, ferragens, etc.

Importação — Exportação

MARINHAS DE SAL

Criação de gado bovino, e navegação á vela
para todos os portos do provincia.
Grandes plantações de algodão e fabrica de
degranamento pelo sistema mais
aperfeiçoado em Novo Redondo
Grandes depositos de café do Amboim, oleo
de palma e coconote das suas roças
do Amboim e Seles-Boa Lembrança, Santa
Clara, Aliança, Montebelo, Rio
Luete e Monte Alto



Angola

A Colonização e o desenvolvimento de Angola

Conferencia realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 10 de Julho de 1925, pelo antigo Governador dos distritos do Moxico e do Cuanza-Sul, major de infantaria Leite de Magalhães

2.ª PARTE

Exposição-critica do esforço realizado pró-Angola. . O passado, o presente e o futuro da colonização

Em Angola, a acção civilizadora de Portugal principia com o desembarque de Rui de Sousa, no porto de Pinda, em 29 de Março de 1491.

Já lá vão 434 anos sobre a data... E, quando se passa um olhar ligeiro sobre a obra feita, parece, na verdade, que ela não corresponde ao numero dos seculos decorridos.

Mas o que fez, tambem, a grande Inglaterra antes de haver terminado a colonização da America? Que eu saiba, apenas lutou contra os franceses, desde 1749 a 1757, para a conquista da India, e, desde 1754 a 1760, para a posse do Canadá. Mas, colonização nova, apenas volta a efectua-la, em 1803, na Australia, e, em 1840, na Nova Zelandia, iniciando a colonização do Cabo em 1806, já depois de realizado o povoamento holandês, que tivera começo em 1652.

Que admira, pois, que o «pequenino» Portugal tambem só tivesse principiado a olhar carinhosamente para as suas colonias da Africa depois de haver terminado a sua missão colonizadora no Brasil?

O que era para ele a Africa, até então, senão o viveiro onde ia procurar os braços de que o Brasil carecia para a sua agricultura e exploração das suas minas?

...Por isso mesmo, ainda hoje nos chamam «negreiros» certos vilões que na Historia contam o negocio da mesma mercadoria, e que, muito melhor do que nós, com ele souberam enriquecer. Pena tenho que poucas palavras me não bastem para demonstrar á saciedade quanta razão tinha Sá da Bandeira ao escrever que, nesse negocio, «*não fomos nós os principais, nem os unicos, nem os peores reus*». Teria de alongar-me excessivamente... E já bem amplo é o assunto que tenho por objecto nesta conferencia. Mas, uma vez que mais não posso, não me furto ao prazer de reproduzir agora o valioso testemunho do escritor flamengo Dapper, que nos deixou, em 1686, a *Description de*

l'Afrique e que, sobre os nossos escravos, depoz nos seguintes termos:

«Os portugueses, antes de pô-los ao mar, fazem-nos repousar em grandes casas destinadas a esse fim, onde os tratam bem, dando-lhes azeite de palma para se untarem e vinho para beberem e fortificarem-se.

«...Quando um deles cae doente, é posto num quarto á parte, onde merece um grande cuidado, e jamais lhe faltam limões e alvaiade para o tratamento. Quando os embarcam, dão-lhes esteiras para se deitarem e mudam-lhas de dez em dez dias.

«Foi por não terem tomado estas precauções, pondo no mar escravos magros e fatigados e deixando-os dormir sobre o chão, que os holandeses perderam muitos, morrendo a maior parte antes de chegarem ao Brasil.»

E, dito isto, continuemos...

O Brasil foi, de facto, o sorvedouro das energias de Portugal a partir do momento em que o sonho da India esmaeceu. Mas convem dizer-se que a nossa administração, mesmo antes da independencia do Brasil, não fóra inteiramente desatenta á occupação e valorização de Angola, em cujos sertões as igrejas e as fortalezas vão successivamente conquistando almas e espaços, numa tarefa rude em que tudo era nervo e devoção. Foi com Rui de Sousa que se iniciou a acção missionaria, desembarcando com ele, para a catequese no Congo, alguns frades dominicanos. Sucedem os missionarios de S. João Evangelista, em 1505; e, em 1548, dão entrada os jesuitas. Por sua vez, a acção militar principia com Francisco de Gouveia em 1570, durando quatro anos a luta que teve de sustentar, na defesa do Congo, contra o poder dos «jagas» — esse flagelo que vinha assolando toda a Africa Central, e que, ali, inteiramente se destrouçou. Quatro anos depois, era a acção politica que tinha começo no «Reino de Angola» com

Paulo Dias de Novais, nomeado por D. Sebastião seu «conquistador, povoador e primeiro governador e capitão-mor».

Então se funda S. Paulo de Loanda, que adquire foros de cidade em 1606. Com ele seguem — entre marinheiros, soldados, comerciantes e artífices — cerca de 700 homens. E é com este punhado de gente que logo começa a ocupação do interior, fundando-se os «presídios» de Massangano (1583) e de Benguela-a-Velha (1587), á sombra dos quais iria ter principio a evangelização dos indigenas e a colonização da terra bravia.

Sucessivamente, os «presídios» vão alastrando pela Colonia: — em 1593, D. Jeronimo de Almeida ergue o primeiro das terras da Quissama; em 1603, Manuel Cerveira Pereira funda o de Cambambe; em 1614, Bento Banha Cardoso estabelece o de Ambaca; em 1615, Manuel Cerveira Pereira levanta o de S. Filipe de Benguela; em 1671, Luiz Lopes Sequeira lança os fundamentos do de Pungo Andongo (Pedras Negras); em 1682, João da Silva e Sousa manda erguer o de Caconda; em 1759, Antonio de Vasconcelos construe o de S. José do Encoge; finalmente, em 1769, D. Francisco de Sousa Coutinho determina a fundação da fortaleza de Novo Redondo.

E estes eram os «centros de colonização» que havia quando se effectuou a emancipação do Brasil, e Portugal entrava nas convulsões de uma politica nova.

Será pouco? Eu acho colossal, porque neste periodo as energias da Nação estavam acudindo, ao mesmo tempo, ao povoamento das ilhas do Atlantico e das Terras de Santa Cruz, gastando-se tambem pelos dominios do Oriente e por toda a parte lutando, desde 1580 a 1810, com inimigos temerosos. Destes, tambem Angola sofreu as fortes arremetidas: os franceses occupam o porto de Pinda desde 1600 até 1609; e os holandeses, depois de terem cruzado, durante três meses, nas suas aguas (1629) e de haverem hostilizado o nosso commercio nas costas de Benguela (1633), apossam-se de Loanda em 1641, e, sucessivamente, vão ficando senhores de toda a beira-mar desde Benguela até ao Luango, onde, durante sete anos, se manteve a sua occupação. Mais tarde, em 1704, são os corsarios franceses que voltam a incomodar-nos, roubando e incendiando a povoação de Benguela; e ainda reaparecem em 1784 para nos arrazarem a fortaleza de Cabinda. Por sua vez, o territorio de Angola, após o traiçoeiro massacre sofrido pelos portugueses em 1578, passara a ser conquistado palmo a palmo e quasi todos os «presídios» se ergueram sobre muito sangue derramado.

Era uma superficie catorze vezes maior que Portugal, que havia a dominar. E uma população aguerrida, que só pela força se podia submeter. Todavia, a conquista não quedou na praia. E as explorações de arrojados poneiros das selvas vão, ainda para além das terras conquistadas, desvendar os misterios da *Africa portentosa*. Os primeiros são Baltazar de Castro e Manuel Pacheco, que D. Manuel manda, em 1520, effectuar o reconhecimento de Angola; depois, é Eduardo Lopes que, duzentos e oitenta anos antes de Speke — como notou Leon Cahun — descobriu o segredo das origens e cheias do Nilo; e, entre 1606 e 1796, são três as tentativas que se fazem — com Baltazar Rebelo de Aragão, José da Rosa e Manuel Caetano Pereira — para travessia da Africa, entre Angola e Moçambique.

Não quero esquecer, tambem, que já neste periodo tinham sido levadas para Angola as primeiras mulheres brancas para a colonização da raça pura: levou-as João Furtado de Mendonça em 1549, tendo-as escolhido entre as convertidas da Casa Pia. E, pelos decretos de 21 de Fevereiro de 1720 e 25 de Junho de 1754, respectivamente, inicia-se a colonização de Angola pelos proscritos, ciganos e operarios detidos, que merecessem a deportação.

Mais lembrarei que: desde 29 de Agosto de 1720, haviam cessado os direitos de commercio, que eram gosados pelos governadores e funcionarios, moralizando-se a administração; entre 1764 e 1771, tem começo o programa de fo-

mento e de robustecimento da Colonia com o sabio governo de D. Francisco Inocencio de Sousa Coutinho — criador das fundições de ferro e de canhões e organizador do estaleiro de Loanda para a construção de navios; em 1783, era mandado dar principio aos estudos naturalistas por Joaquim José da Silva e Angelo Donati; e, finalmente, já se começara a olhar pelo fomento agricola com os regulamentos rurais de 1810 e as medidas do governador Manuel de Albuquerque, em 1820, para desenvolver a cultura do algodão.

A Colonização de Mossamedes

O segundo periodo é, porém, aquele em que a administração passa a fixar um rumo e a occupação mais se intensifica e a colonização mais decididamente se promove. O Brasil cessara... Porque não havíamos de fazer outro Brasil?

De começo, a orientação em Portugal flutua incerta. Mas quem estranhará que assim fosse, quando incerta era a politica que, então, se debatia em Portugal? As colonias tambem dela se ressentem e, algumas vezes, até elas proprias se agitam... Mas a administração passa a sofrer a influencia benefica da escolha dos governadores nos termos da lei de 25 de Abril de 1835. E, com a extinção do trafico dos escravos em 10 de Dezembro de 1836, rompia a necessidade instante de se transformar toda a vida activa da Colonia, que daquele commercio obtinha as suas maiores rendas.

Urgia, naturalmente, o fomento economico, garantido por uma occupação mais larga e efectiva. E, assim, passa Angola a trabalhar nessa intenção: em 1838, construe-se a fortaleza do Duque de Bragança; em 1840, o presidio de Mossamedes e forte da Ponte Negra; em 1845, o presidio da Huila; em 1857, a fortaleza do Humbe; e em 1861, o forte de Malange. Estava-se nesta situação quando a administração ultramarina é organizada e regulamentada pelo decreto de 1 de Dezembro de 1869, que dividiu Angola nos distritos de Loanda, Benguela e Mossamedes.

Já então estava abolida a escravidão na metropole e seus dominios. E as explorações comerciais de Joaquim Rodrigues da Graça (1843) atravez da Lunda, até ás nascentes do Zambeze; de Bernardino José Brochado (1847) ao sul dos Gambos, até ao Cuanhama; e de Silva Porto (1850), pelo *hinterland* de Benguela até ao Barotze — combinadas ás explorações scientificas do dr. Lang (1839), Ladislau Magyar e dr. Frederico Welwitsch (1853) — iam pondo em evidencia todas as vastas possibilidades que Angola oferecia para uma larga obra de realizações que fossem como que o prolongamento do glorioso passado de Portugal.

A partir de 1838, a colonização de Angola vai entrar em caminho novo, mudando inteiramente de aspecto. Neste mesmo ano, o ministerio dos Estrangeiros, por officio de 14 de Setembro, autoriza os consulados do Brasil a concederem passagens para Angola a todos os emigrantes sem meios que ali quizessem estabelecer-se. E, simultaneamente, são expedidas instruções ao governador geral de Angola, vice-almirante Antonio Manuel de Noronha, para promover a fundação de pequenas aldeias ou colonias, nos lugares salubres, férteis, providos de agua e apropriados ao commercio, recomendando-se-lhe ainda que procurasse todos os meios para atrair do Brasil, além de operarios, tambem capitalistas; mais seria das suas atribuições conceder terrenos ou *sesmarias*, em conformidade com as leis, á população branca, para a fixar á terra, e passagens ás mulheres que os colonos escolhessem para suas esposas, além dos auxilios indispensaveis, durante um ano, para a cultura das suas terras.

O governador imediatamente manda proceder ao reconhecimento das terras ao sul de Benguela, até Mossamedes. Vai na expedição o dr. Lang. E então se averigua que ra-

zão tinha D. Francisco de Sousa Coutinho quando, mais de meio século antes, pedia *multos casais europeus e sobretudo mulheres* para povoar as províncias do sul, *tão sadias como as da Europa* — pedido que também fizera, em 1785, o governador Barão de Mossamedes.

E', porém, em 1849 que começa a realizar-se a aspiração. Os acontecimentos são precipitados pela agitação política de que são vítimas os colonos portugueses em Pernambuco. O governo, para salvá-los, manda oferecer-lhes passagens, terras, alojamentos e seis meses de alimentação, se quizessem transferir-se para Angola. Aceitam... Era Mossamedes o ponto escolhido. E o governador, autorizado a gastar 18 contos (lei de 3-7-49), tudo manda preparar para os receber.

Chega a primeira leva em 4 de Agosto daquele ano, chefiada pelo capitalista e grande patriota Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro. São 173 indivíduos, incluindo 39 mulheres e 25 menores de 13 anos. Abrangem 30 profissões diferentes, sendo apenas 24 agricultores; o maior numero era o de caixeiros — 39.

...Como podia esta gente habituar-se ao trabalho da enxada?! Consequência — passaram sofrimentos.

Mas as levas continuam... E em 1860 já a população subia a 596 brancos, com 35 estabelecimentos industriais, sendo 2 para fabrico de açúcar, 2 para destilação de cana, 3 para preparação de carnes, 3 fabricas de louça e 22 pescarias.

E' neste ano que se inicia a colonização piscatória, não obstante já ali se terem fixado, desde 1843, alguns pescadores do Algarve. E esses homens — filhos de Olhão e possuindo a mesma fibra do valente Manuel de Oliveira Nobre, que, num caïque, fizera a travessia do Atlantico para levar a D. João VI a notícia da capitulação de Junot — é também nos seus caíques que atravessam o mar e vão estabelecer-se na costa distante onde o futuro lhes sorria.

E, assim como de Mossamedes logo alguns haviam partido, numa aventura de morte, para as terras altas do Bumbo — também eles descem até ao areal, sem agua, da Baía dos Tigres, onde fundam uma nova povoação. Perante ella, assombrado, escreve um funcionario francês, o sr. Cruvel, em 1913:

«E' neste país de desolação, ao pé do qual Port-Etienne parece um verdadeiro Paraíso, que vivem isolados do resto do mundo, bebendo agua que lhes vem de Mossamedes, cerca de cem brancos na Baía dos Tigres.»

...São desta Raça os homens «degenerados» de Portugal.

Foi a colonia de Mossamedes a primeira tentativa de colonização que vingou. Com muitos sofrimentos? E' certo. Mas, por isso mesmo, com a maior honra para o povo que a fundou.

A Colonização da Huila

A tentativa de Pedro Alexandrino da Cunha para a colonização da Huila, em 1845, tinha fracassado. Mas servira para nos dar um conhecimento mais exacto das possibilidades do *hinterland* de Mossamedes para a aclimação da raça branca. E os olhos do governo convergiram para aquella região.

A emigração dos habitantes da Madeira e dos Açores para a Guiana Inglesa e Brasil era assustadora. E, para lhe pôr cõbo ou diminuir-la, propuzera o Conselho Ultramarino, da presidência de Sá da Bandeira, que se applicasse a um *fundo especial de colonização* os direitos pagos em cada colonia pelo vinho e aguardente de Portugal.

E a proposta foi convertida em lei pelo decreto de 30 de Dezembro de 1852. E, em 1856, quando Sá da Bandeira entrou no ministerio do Ultramar, por todas as formas pro-

curou fomentar a colonização dos territorios da Africa, ao mesmo tempo que ia vibrando golpes severos e decisivos no trabalho escravo.

Tinha o Conselho proposto, em 11 de Abril daquele mesmo ano, que se contraísse um empréstimo até á quantia de 400 contos, *para ser exclusivamente applicado ao estabelecimento de Colonias compostas de naturais do Reino e das Ilhas Adjacentes, nas duas Províncias de Angola e Moçambique*. E é no relatório desse projecto que, pela primeira vez, se fixa um plano de colonização. As suas bases são as seguintes:

— Transporte e sustento durante a viagem ao colono e sua familia;

— Sustento na colonia durante um ano;

— Uma pequena casa para residencia, até que tenha casa sua;

— Uma porção de terreno sufficiente para elle cultivar e tirar a sua sustentação e de sua familia;

— Sementes para as primeiras sementeiras;

— Instrumentos de lavoura;

— Algumas cabeças de gado e algumas aves domesticas para criação;

— Cirurgião e remedios de botica durante dois anos;

— Ensino gratuito aos filhos, de ler, escrever e contar;

— Um sacerdote para ensinar a doutrina, celebrar os actos religiosos e ministrar os sacramentos.

Que mais seria preciso? Disposições mais previdentes não se encontram em parte alguma. Apenas, o que necessariamente se impunha era que os colonos fossem lavradores e não vadios, ou pouco menos, como tantas vezes aconteceu...

...Adiante!

Em Angola, porém, o que vai tentar-se, consoante as determinações de 3 de Julho de 1857, é o estabelecimento de uma colonia com organização militar. Trabalharia a terra, mas também procuraria dominar os Gombos, o vale do Cunene e as regiões adjacentes. E, por decreto de 15 de Julho do mesmo ano, tendo sido criado o 3.º *Batalhão de caçadores de Angola*, determina-se, em 26 de Dezembro, que a 1.ª Companhia seja composta de europeus, casados, sendo dada a preferéncia aos que tivessem pratica de trabalhos agricolas e aos pedreiros, carpinteiros e serralheiros, na proporção de 2 terços de agricultores para 1 terço de operarios.

As condições eram as melhores. A duração do serviço era de 5 anos. Gosariam de isenções de impostos sobre as suas terras durante 10 anos. As proprias mulheres e filhos teriam uma ração diaria durante 6 meses.

Embarcaram no «Vasco da Gama» e instalaram-se em 1859. Pouco tempo depois... só Deus sabe os tormentos que padeceram! Mas por lá foram ficando... E, com as providencias tomadas em 1864 pelo governador Costa Leal, ainda houve muitos que renovaram os seus contractos.

Antes deles, para ali tinham sido mandados 29 colonos alemães, que Sá da Bandeira contratara para Mossamedes, também em 1857. Foram-lhes dadas subvenções e terras... Mas, se souberam vencer, não conseguiram averiguá-lo.

Foi esta a segunda tentativa da Huila. A terceira *onda*, é o acaso que no-la manda em 1881... São os emigrados «boers» que nos procuram. O governo recebe-os carinhosamente e fundam, na Humpata, a colonia de *S. Janeiro*. Constituem-na 57 familias, sob a chefia de Bomwer. Trazem com elles 61 carros, 2.200 bois, 100 cavalos e cerca de 3.000 cabras e carneiros.

São-lhes concedidos, para pastoreio e cultivo, 200 hectares de terreno por cada familia.

Em 1884, vai-se juntar á colonia um grupo de madeirenses, constituído por 18 homens, 8 mulheres e 18 crianças. Recebem terras e um subsidio diario de 300 réis por cada homem, 200 réis por cada mulher e 100 réis por cada menor de 18 anos.

Em 16 de Setembro do ano seguinte, 44 colonos da Hum-

pata vão fundar a colônia da Chibia. E assim começa a alastrar a população no planalto.

Em 1891, o estado da colonização branca, nas terras altas da Huila, era o seguinte:

Humpata: 28 famílias portuguesas, com 149 pessoas; 60 famílias *boers*, com 323 indivíduos. A superfície cultivada era de 138 hectares, havendo mais 200 desbravados. Produzia-se o trigo, a batata, o feijão, o milho, a fava e a ervilha. Havia 4.064 plantas frutíferas. O gado somava 4.165 cabeças.

Chibia: 118 famílias, com 283 hectares de terrenos cultivados e 188 desbravados. Produções: o trigo, o milho, a cevada, o centeio, o feijão, o inhame, o grão de bico, a ervilha, a fava, a batata, a mandioca, algum café e cana de açúcar. Plantas frutíferas, 13.942. Cabeças de gado, 1.797.

Não será consolador, apesar de todas as faltas que ao Estado podem ser atribuídas e do pessimismo recrutamento de colonos que na Madeira se efectuou?



E' porém, em 1885 que entram em Angola as grandes levas de madeirenses: são 222 em Janeiro e mais 202 em Agosto. E assim se funda, no Lubango, a *Colônia Sá da Bandeira*.

Mas veja-se que desatino: os colonos chegam em plena estação chuvosa; não têm casas, nem terras irrigadas; acampam a 3 quilómetros de distancia do seu lugar escolhido; e, todos os dias, vão construir as casas e a levada de 3.000 metros, que lhes ha de fornecer a agua! Desanimam alguns. Que importa! Outros prosseguem. E, em 1887, a colônia tinha 543 almas, agrupadas em 108 famílias com cerca de 200 crianças. A proporção entre os nascimentos e os obitos era de 5:1.

E as suas culturas aumentavam. E as suas manadas cresciam. Não enriqueciam, talvez. Mas viviam — e não pode ser outro o *desideratum* da colonização.

Tentativas que falham...

Neste espaço que medeia entre a colonização de Mossamedes e a do Lubango, mais três pequenas colônias se fundaram em Angola, sendo uma no Golungo Alto, em 1853, outra nos Dembos, em 1862, e a terceira em Pungo Andongo, no ano de 1882. Fora a primeira constituída com 20 colonos madeirenses; a segunda com um grupo de imigrantes do Rio de Janeiro, e a ultima, que se designou *Colônia Julio de Vilhena*, com 43 individuos mandados pelo governo da metropole.

Qual foi o seu progresso? Ignoro-o. A *Colônia Julio de Vilhena*, essa, foi incorporada, mais tarde, na colônia da Humpata. As outras, é muito possível que tivessem liquidado em sepulturas...



Entretentes, o governo da metropole ia procurando as medidas conducentes a uma colonização metódica. Pela lei de 23 de Março de 1877, é autorizado a dispender a quantia necessaria para o transporte ás provincias africanas dos individuos que ali quizessem dirigir-se, fornecendo-se-lhes os meios necessarios para fazer face ás primeiras despesas do seu estabelecimento agricola. E' regulamentado em 1881, e — devemos dizê-lo — com rara intelligencia. No acto de embarque, cada colono receberia, além de uma espingarda e munições, 30\$000 em dinheiro, e os artigos domesticos e de trabalho indispensaveis á sua instalação.

Em cada provincia era criada uma *Junta de emigração portuguesa*, que tinha por fim:

— procurar aos emigrados emprego nos trabalhos agricolas;

— esforçar-se por atrair os capitais a este genero de applicação;

— proteger os emigrados e vigiar a execução dos seus contractos;

— trabalhar pela criação de socorros mutuos entre eles;

— promover a fundação de comissões protectoras que concorressem para tornar atraente a vida do colono.

Como sempre succedeu, não foram os colonos *desejaveis* aqueles que mais se aproveitaram dos favores da lei. E tantos foram os aventureiros que «vigiarizaram» o Estado, que a portaria ministerial de 13-3-1897 teve de acudir a dificultar a emigração.

Dois anos depois, o Regulamento de 16 de Novembro de 1899 substitue todas as disposições anteriores e, se dinheiro houvesse, não precisaríamos de melhor lei para levar a termo a colonização pelo Estado.

Experiencias de colonização penal

Interessante foi tambem a humanitaria tentativa de Rebelo da Silva para promover a *colonização por degradados*. O decreto de 9 de Dezembro de 1869 satisfazia inteiramente os nossos escrupulos e o nosso coração. Eu não sou dos que repelem essa ideia generosa. Pelo contrario, entendo que a sociedade não tem direito de condenar duas vezes — no tribunal e no seu fóro intimo — os homens que praticaram um crime, depois redimido pelo cumprimento da pena, e que se tenham mostrado susceptiveis de regeneração.

Procurou o governo de Angola executá-lo em 1883, criando, em Cacolo-Calondo (Malange), a *Colônia Esperança*. Foi instalada no ano seguinte e não ha palavras sufficientemente acerbas para castigar as criaturas que, por sua ineptia, a levaram á destruição. No ano seguinte, o maior activo da colônia eram... os 44 mortos dos seus registos. E dois anos depois, quando já estavam consumidos 35 contos, as unicas instalações que na colônia havia eram... as miseraveis cubatas que o Estado abandonou.

Já, então, o Regulamento de 1869 estava substituido pelo decreto de 27 de Dezembro de 1881, que se baseara no parecer de uma comissão de juriconsultos. Por ele se criava um deposito geral, onde seria efectuada a selecção dos condenados, estabelecendo-se em lugares salubres os depositos subalternos, que iriam recebendo os de melhor comportamento para se applicarem nas industrias agricolas ou manufactureiras.

Em Angola, o deposito geral ficou em Loanda e o subalterno no distrito de Benguela. Em 1885, fundou-se em Canda a colônia penal agricola *Rebelo da Silva*, modelada nas disposições do decreto de 1869. A regulamentação da «colônia» era excelente... Mas baqueou pelas mesmas razões que tinham levado a fracasso a de Malange, cujos restos tambem para ali foram mandados.

E, com a *Colônia penal militar do Mochico*, instituida por decreto de 27 de Janeiro de 1894, tendo por fim des congestionar os depositos de Loanda e de Benguela, se encerram os fracassos da *colonização penal* experimentada, estando escrita, num processo vergonhoso, a triste historia deste ultimo ensaio... em que os peores reus não foram os *condenados*.

Muitas vezes tive *condenados* sob as minhas ordens, e quero fazer-lhes esta justiça: nunca me foram dados melhores e mais humildes trabalhadores. Incorrigeis, só me pareceram aqueles que para Angola foram transportados como *vadios* — medida que vem, creio eu, desde a lei de 21 de Abril de 1892. São, a meu ver, criaturas absolutamente anormais, que, desde as experiencias da Holanda em principios do seculo XIX, sempre se têm mostrado inadaptaes ao exercicio do trabalho.

A colonização privada

Os projectos de *colonização privada* também aparecem em Angola, desde 1884. Em 5 de Junho deste ano, é feita uma concessão de 10.000 hectares, na região do rio Bentiaba, com as seguintes obrigações para os concessionários:

- a) receber 30 colonos da metropole 12 meses depois do seu estabelecimento e, sucessivamente, todos os anos, um numero de colonos não inferior ao primeiro;
- b) designar os terrenos apropriados ao uso dos colonos;
- c) fornecer-lhes, gratuitamente, e por uma só vez, as sementes necessarias;
- d) dar-lhes, durante os quatro primeiros meses, uma ração por dia;
- e) fornecer-lhes as habitações e os moveis indispensaveis e emprestar-lhes os instrumentos necessarios aos trabalhos agricolas

Por seu turno, o governo concederia uma garantia de 6 por cento ao capital empregado e 1,26 de amortização durante 30 anos, até á soma de 90 centos.

Por diploma de 7 de Julho do mesmo ano, autorizou-se a colonia a usar o nome de *Real Colonia Agricola e Civilizadora Maria Pia*... Mas foi a unica coisa que dela ficou!

Em 14 de Agosto de 1885 é feita outra concessão de 5.000 hectares entre a Baía das Pipas e o Cabo Frio, a fim de se constituir a colonia *Luciano Cordeiro*, nas seguintes condições:

- a) o governo concederia passagem gratuita a 200 familias de colonos desde o Funchal até Mossamedes, em duas viagens realizaveis com um intervalo de 12 meses, pelo menos;
- b) depois do terreno escolhido e demarcado, o governo de Angola faria construir palhotas para as primeiras 100 familias, antes da sua partida do Funchal;
- c) o governo forneceria uma arma a cada chefe de familia;
- d) o governador da Provincia mandaria para a colonia um medico e um missionario logo que estivessem instaladas as primeiras 100 familias.

Nada se fez, porém, e a concessão foi declarada caduca por decreto de 14 de Maio de 1891.

Posteriormente, na grande concessão que, por decreto de 28 de Fevereiro de 1894, é dada a José Pereira do Nascimento — e sobre a qual se formou a *Companhia de Mossamedes* — estabeleceu o governo a condição de que a Companhia ficaria obrigada a receber 500 familias de colonos nas mesmas condições que oferecesse aos colonos de qualquer outra nacionalidade, sendo as suas passagens fornecidas pelo governo.

Ficou também sem andamento, aguardando-se... ninguém sabe o quê.

Nos ultimos tempos...!

E, até á implantação da Republica, nada mais conheço senão o decreto de 24 de Dezembro de 1902, que autorizou o governo a estabelecer uma colonia portuguesa de 200 familias para a nacionalização da zona colonizavel do planalto de Benguela, num sentido de acalmção contra os ataques que estavam sendo feitos á concessão do Caminho de Ferro a uma companhia estrangeira.

Em 1907, o governador Paiva Couceiro, com a decisão propria do seu feitio, prepara-se para realizar aquela aspiração. E o seu primeiro cuidado é nomear uma comissão de estudos, que, durante um ano, percorre toda a região em observações clinicas, culturais, etc., aproveitando, depois, os seus trabalhos para, num interessante folheto, fazer na metropole a respectiva propaganda.

A seguir, e sem perda de tempo, instala na Ganda um posto experimental de culturas, a cuja sombra deveria povoar-se a primeira zona de colonização, que o caminho de ferro serviria.

Mas o governo da metropole só deliberou interferir... para contrariar o ilustre governador. Inclusive, até se aborreceu com alguns pedidos de passagens que a propaganda de Couceiro tinha provocado, resolvendo lembrar ao governador, abespinhadamente, que as concessões de passagens a colonos só podiam ser feitas nos precisos termos da portaria régia de 27 de Novembro de 1907, e que, portanto, nenhum daqueles pedidos obteria deferimento.

...E, felizmente para nós, se as qualidades do nosso povo não fossem, ainda hoje, aquelas que sempre o distinguiram pela audacia com que se lança a todo o feitio de aventuras, decerto não estaria agora o planalto de Benguela á testa das regiões mais progressivas da Provincia, com as suas povoações cheias de graça e as suas plantações cheias de frescura.



Mais tentativas de colonização oficial só se realizaram depois da instituição dos Altos Comissariados, quando, pela segunda vez, assumiu o governo de Angola o general sr. Norton de Matos: foi, principalmente, a *colonização operaria e piscatoria* que ele desenvolveu. Os operarios tiveram passagens para eles e suas familias, subsidios de embarque, habitação ou renda e trabalho garantido. Aos pescadores, concedeu-se todo o amparo de que careceram até á organização da sua industria. E, pelo decreto provincial n.º 212, de 9 de Dezembro de 1922, também foi estabelecido que seriam concedidas passagens a todos os operarios e suas familias que fossem requisitados pelos particulares.

Ao abrigo das suas medidas, entraram na Provincia, desde Abril de 1921 até Agosto de 1923, 761 operarios, 66 dos quais para particulares.

Com a crise financeira da Provincia, ainda hoje não remediada eficazmente pelo governo da metropole — e é preciso que isto se diga! — toda aquela interessante tentativa de colonização ruíu, assim como em escombros ficou quasi toda a obra de fomento material e economico, em que já estavam dispendidos cerca de três milhões de libras.

Tambem com intelligencia se procurara atrair a Angola a *colonização privada*, como é testemunho bastante o decreto provincial n.º 50, de 18 de Agosto de 1921 — no qual, a tróco de facilidades excepcionais para as grandes concessões destinadas ao estabelecimento de industrias de criação de gados, preparação de carnes e outras derivadas, se impunham obrigações tendentes ao povoamento por familias oriundas da metropole, ás quais o Estado pagaria 50 por cento das passagens. As concessões desta natureza foram largamente requeridas... Mas — devemos confessá-lo — talvez que nem um só dos concessionarios tivesse em mente outra ideia que não fosse... açambarcar terrenos para transacções futuras.

Coisas nossas!...

...E aí temos feita a historia da colonização. Os fracassos que nela se depararam e que põem tanta gente em grita contra a intervenção do Estado em assunto de tal magnitude, não são maiores do que tantos outros que nos domínios alheios se conhecem, e eu, ainda há pouco tempo, li num livro de Fraser alguns relatos tristes sobre a colonização oficial na Australia. Mas isso não impediu que o governo inglês a tivesse continuado e ascendem a milhões de libras os creditos que, anualmente, se inscrevem no seu orçamento para a referida colonização.

Concluindo

Agora, atentemos no seguinte:

Quando, pelo decreto de 7 de Dezembro de 1836, se criou o Governo Geral de Angola, a area da sua jurisdição era

ainda vagamente definida pelos «reinos de Angola e Benguela» e... *todos os pontos da costa sudoeste da Africa aos quais a corôa de Portugal tivesse direitos.* A ocupação limitava-se a 10 presídios.

Após combates sucessivos, as fortalezas foram alastrando... E quando, pelo decreto de 1 de Dezembro de 1869, se organizou a administração ultramarina, já Angola era dividida em três distritos — Loanda, Benguela e Mossamedes — estando iniciado também, como já vimos, a colonização oficial. Ainda não havia estradas, nem caminhos de ferro, nem carreiras regulares de navegação, nem mesmo serviços publicos funcionando convenientemente. Mas, á frente de tudo, ia avançando, intrepidamente, o aventureiro colono de Portugal...

Em 1845, em toda a colonia, a população europeia somava apenas 1.830 habitantes, dos quais 156 mulheres. E o commercio total de Angola, em 1869, andava á roda de 3.000 contos. Na mesma data, as receitas da Provincia não atingiam 280 contos.

Pois bem: ha apenas meio seculo passado sobre aquella epoca, e a população europeia, em Angola, soma 32.400 habitantes — excluindo os degredados do deposito de Loanda.

...Ao passo que no Congo Belga — quasi duas vezes maior — a população europeia é apenas de 11.539 habitantes, 786 dos quais são portugueses. Na Africa Occidental Francesa, com cerca de 3 milhões e meio de quilometros quadrados, ha unicamente 8.567 europeus. E na Africa Equatorial, com 2 milhões e meio de quilometros quadrados, nem mesmo chega a 3.000 o numero dos seus individuos de raça branca.

A occupação é hoje inteira e completa em toda a Provincia, onde os 3 distritos de 1869 se converteram nos 13 distritos que presentemente conta, levando os seus postos até ao extremo do territorio. E, para reduzir á obediencia absoluta as populações indigenas, o «pequeno» Portugal bastou. Com quantos sacrificios? Deus o sabe! Mas a nossa aliada Inglaterra, que tantas vezes consente nos seus jornais a difamação contra o nosso devotado esforço, poderá calculá-lo pelos milhões de libras que lhe custaram as guerras com os cafres e pelas vidas que, em combates, sacrificou.

As estradas para viação acelerada sulcam agora a colonia inteira, abrangendo mais de 20.000 quilometros de extensão; e cerca de 1.500 quilometros de caminhos de ferro, galgando as encostas para as terras altas, onde a vida sorri em promessas de felicidade, já estão dreinando para quatro portos do litoral as produções do interior.

O commercio geral da colonia galga vertiginosamente, nos ultimos dez anos (1915-1924), de 11.242 contos a 567.450 contos, demonstrando a toda a luz a sua actividade. E as receitas ordinarias previstas no seu orçamento sobem, no mesmo periodo, de 3.558 contos a 108.020 contos, correspondendo, inludivelmente, a um maior aumento da riqueza publica.

As suas explorações agricolas, tanto para o consumo interno como para a exportação, estão honrando as iniciativas que nelas se empregam; e nenhuma duvida tenho em declarar que, dentro de poucos anos, teremos em Angola muitas obras que serão irmãs perfeitas da obra maravilhosa de S. Tomé.

Acaso será pouco tudo isto para uma Nação que, além de Angola, ainda está fazendo em Moçambique trabalho de igual ou de maior grandeza?

...Quanto vamos nós acima da Italia e da França na tarefa do aproveitamento e povoamento dos sertões! E porque será que se discute Portugal e ninguém discute a França ou a Italia?



Cheguei ao ponto em que devo terminar: perante as ameaças, que insistentemente nos deixam intranquillos, a

Nação precisa de orientar-se por um ideal supremo: — a preparação para a resistencia. A nossa politica imediata não poderá ser senão aquella que o Marquês de Pombal tão carinhosamente acalentou: — *formar de Portugal, com as suas colonias, um individuo independente no seio dos individuos — nações da Europa.* Como? Organizando o exercito e apetrechando os dominios coloniais para a sua defesa propria. Só assim se tornará respeitado este *corpo* que a politica entorpeceu.

Que não nos faltam qualidades, já o demonstrei aqui. Que a nossa população sobeja para o povoamento de Angola nas suas zonas colonizaveis, di-lo a emigração formidável que as estatísticas, anualmente, acusam. E, finalmente, que a nossa pobreza, apesar de grande, também não é tamanha, que, de todo, impossibilite o progresso das terras de além-mar, aí está a confirmá-lo a extensão da obra realizada.

Mas a *colonização* não pode ficar apenas a cargo do Estado. Precisa de ser — e deve ser, principalmente — uma obra nacional. Urge que o país não sirva unicamente para gritar quando as ambições alheias estendem a mão para a rapina. O capital português, que se retrai na obra de colonização, é, logicamente, o mais poderoso aliado dos nossos detectores.

Ainda no começo deste ano li, num relatório belga, estas palavras que reproduzo... entristecidamente:

«A confiança no futuro da nossa colonia aumenta dia a dia: as carreiras coloniais, industriais, agricolas e administrativas começam a tentar as classes mais instruidas... e as mais abastadas da sociedade, e os capitais necessarios á valorização do Congo acham-se sem dificuldade.»

Pois é isto, justamente, que precisamos de registar também. E no dia em que afirmações identicas se possam escrever em Portugal, nunca mais ousará ninguém assaltar-nos a honra... e a «fazenda»...



Processos para a colonização? Nada, que seja novo, poderá preconizar. Pelo que ficou exposto, viu-se bem que não é de *legislação* que estamos carecidos, mas sim de *resolução* — a causa maxima de todos os insucessos que, nas colonias como na metropole, se registam em materia de administração.

Sobre as condições de aptidão que o territorio de Angola oferece ao povoamento, temos o passado a responder pelo futuro: desde o planalto de Benguela até á costa e *hinterland* de Mossamedes, facilmente se encontram gerações que não conheceram outro solo nem outro ceu. Nas *health-cities* da India ou de Java, onde a vida do colono se restaura, não é mais doce a temperatura nem mais salubre o ar. E os caminhos de ferro, que já estão sulcando a terra ubere dessas regiões privilegiadas, indicam os rumos que a colonização poderá seguir, além daqueles que as zonas de culturas ricas, necessitadas de generos de alimentação, também possam reclamar.

Impõe-se, naturalmente, que a acção colonizadora do Estado, para não sofrer interrupção nem acidentes mortais, se apóie num *fundo*, insusceptível de esgotamento ou de desvio, que lhe consinta a satisfação permanente dos respectivos encargos. E, criado ele, tudo o mais é simples, como se verá nas «Conclusões» a que cheguei. Dificil será, talvez, conseguir-se que desperte a consciencia nacional para o cumprimento dos deveres que a perversão da politica mundial exige de todos nós: — o momento é de trabalho ou de morte. Resta-nos a escolha.

Mas eu sou daqueles em quem a Fé se conserva em chama eterna, aguardando a hora em que Portugal resurja. E tanto creio nela, que, já no ocaso da vida, ainda espero não morrer sem assistir ao seu começo. Bastará para isso

que a nossa politica construa firmemente um *ideal* e o torne amado pela alma da Nação. E' isso que nos falece!... Mas hão de ser as proprias circunstancias que, fatalmente, no-lo hão de impôr.



A *colonização* de Angola deverá constituir uma parte desse *ideal*. Não possuímos outra colonia onde, como ali, a Raça depare espaços e recursos para a sua fixação e expansão, continuando a obra imensa que no Brasil iniciou. Os alicerces já existem... O que é que nos falta para acabá-la? Não será a decisão, apenas? Assim o creio. E, se a minha razão não vive obcecada por uma falsa compreensão dos ensinamentos que hei colhido na historia do passado, nem muito grande precisa de ser o esforço do Estado para levar a termo a sua missão: criem-se as «aldeias», em cujos campos comece de colher-se o pão, e ver-se-ha como, apoiado nelas, irá o nosso povo aventureiro construir vilas e cidades.

E' nesta ideia que vos apresento as seguintes

Conclusões

1.ª — Constituição imediata de um *Fundo de Colonização*, obtido por sobre-taxas nas importações da Colonia, especialmente artigos de luxo, vinhos, cervejas e bebidas alcoolicas, de qualquer natureza que elas sejam.

2.ª — Aplicação dos principios consignados no Regulamento de 16 de Novembro de 1899 para a fundação de colonias, sem esquecer o que respeita á escolha prévia dos terrenos a colonizar e sua cuidadosa preparação.

3.ª — Estabelecimento antecipado de uma pequena granja experimental em cada um dos lugares escolhidos, sob a chefia de um agronomo competente, que tambem deverá ser, nos três primeiros anos da instalação, o director da Colonia.

4.ª — Colonização official, escrupulosamente feita, por nucleos de 20 familias, ao maximo, nos pontos que mais se recomendem pela sua conveniencia economica, devidamente relacionada com a conveniencia politica, em face da colonização estrangeira.

5.ª — Colonização penal, rigorosamente seleccionada, em lugares salubres do Congo, da Lunda e do Mochico, tomando-se em consideração os principios basicos do Regulamento de 9 de Dezembro de 1869, que premeiam os casos de regeneração.

6.ª — Propaganda efectiva na metropole para se promover, em cada uma das suas provincias, a constituição de sociedades capitalistas, que, por patriotismo, fundem em Angola uma pequena colonia de 10 a 20 familias, de maneira que ali se representem, com os seus respectivos nomes, as côres e as tradições de todas as provincias de Portugal. Poderá admitir-se como principio, para as iniciativas particulares, a garantia de juro durante um prazo não superior a 10 anos.

7.ª — Promover-se o conhecimento em todo o país das vantagens concedidas pelo decreto provincial n.º 50, de 18 de Agosto de 1921, relativamente ás facilidades concedidas na provincia para a industria da criação de gados e preparação de carnes, e que pode ser um dos maiores elementos da colonização.

8.ª — Promulgação na provincia de medidas analogas para o fomento da cultura do algodão, que, pelo seu alto rendimento em face das necessidades presentes da industria, tambem pode ser um factor importantissimo da mesma colonização.

9.ª — Finalmente, e essencialmente, organização de todas as colonias numa base de cooperativismo, que lhes consinta a resistencia a qualquer adversidade, e a indispensavel instituição do credito para que se torne possível o seu desenvolvimento.

Tenho dito.

CARVALHO & FREITAS, L.^{DA}

RUA DA MADALENA, 97, 1.º

== LISBOA ==

Endereço Telegrafico — DONDO

Telefone — C. 3625

Importadores e exportadores de todos os productos coloniais. Exportadores dos produtos de Portugal para as Colonias e Estrangeiro

Comissões e Consignações

Sucursal em Loanda (Africa Ocidental Portuguesa)

Endereço Telegrafico — CINTRA

Caixa Postal 308

Agentes em Angola das maquinas de coser "Singer", de escrever "Royal Standard" e "Corona", e da Vacuum Oil Company para a venda dos seus oleos



BENGUELA — Vista parcial da cidade

Banco de Angola e Metropole

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
CAPITAL REALISADO: Esc. 20.000.000\$00

SEDE — LISBOA

Rua do Crucifixo, 1 a 13 — Rua dos Retrozeiros, 134 a 138

FILIAL — PORTO — Praça da Liberdade, 19 e 20

Endereço teleg.: ANGOBANCO } LISBOA
PORTO

Financia na Metropole e Ultramar, obras de
fomento e empresas comerciais e industriais

OS CAMINHOS DE FERRO EM ANGOLA

Plano geral da rede ferro-viaria

A PRIMEIRA, e cremos que a unica, tentativa, para o estabelecimento dum plano geral da rede ferroviaria, que servisse de base ao estudo do grande problema dos transportes acelerados na provincia, foi feita em 1914 pelo então Inspector das O. P. da Provincia, engenheiro Lopes Galvão.

Consideraram-se as possibilidades de cada região; o seu grau de desenvolvimento; a população que a occupava, etc, etc, e delimitou-se a linha que a poderia servir.

O mapa, com a distribuição da rede planeada, resultou dum estudo atento dos relatorios e informações colhidas sobre o valor de cada região, bem como dos reconhecimentos feitos para o seu estabelecimento.

Destinava-se ele á publicação dum monografia que, circunstancias que não veem para o caso, se conserva inedita.

Em todo o caso, esse mapa, tendo sido publicado por uma Repartição do Estado, e tendo sido apenso a um relatório oficial, pode considerar-se como tendo a sanção, pelo menos implicita, do mesmo Estado. Nalgumas repartições publicas de Angola se encontra ele ainda hoje afixado nas paredes dos gabinetes.

E sendo assim, logicamente se devia seguir a constituição de brigadas de técnicos que percorressem o territorio e fizessem reconhecimentos completos, não só debaixo do ponto de vista que á engenharia interessa, como tambem á economia das regiões atravessadas.

Esses reconhecimentos serviriam de base á elaboração de ante-projectos e, finalmente, dos projectos e orçamentos definitivos, que seriam guardados nas repartições competentes, devidamente classificados, até ao momento de poderem entrar em execução.

Tais projectos e orçamentos, e só eles, podiam e deviam constituir uma base solida para a realização dum grande emprestimo e fomento que, com eles e por eles, seria amplamente justificado.

Doutro modo, fazem-se emprestimos para tudo menos para caminhos de ferro, como a experiencia do passado o comprova.

A necessidade dum plano de viação acelerada, maduramente pensado e convenientemente aprovado, ficou agora bem evidenciado com a larga importação que se fez de material fixo, carris e travessas, pelo



porto de Loanda, indo armazenar-se ao kilometro 5 da linha ferrea.

Com a descarga na baía e transporte para o local de armazenagem gastaram-se milhares de contos, e o material está ali a apodrecer, sem se saber que destino dar-lhe.

Se ele tivesse de ser empregado no prolongamento do caminho de ferro de Malange ou na construção de qualquer dos ramais aconselhados da linha Loanda-Malange estava bem; mas se tem de ser reembarcado para outro porto, para ser empregado na construção duma outra linha que nada tenha com a de Malange, está muito mal.

Ora nós vemos afirmar-se publicamente, até com um certo caracter officioso que se pretendeu levar o caminho de ferro de Bembe a Quifangondo só para aproveitar o melhor possivel tal material, sem o reembarcar de novo.

Veja-se que não são as condições politicas, tecnicas ou economicas que imperam na escolha do traçado! E'

a existencia de determinado material num local para onde um pouco irreflectidamente foi levado.

Por esta forma sacrificava-se, para sempre, uma construção, somente para evitar a duplicação da despesa do reembolso do material.

Se assim não é, foi pelo menos esse o unico argumento aduzido, e talvez o de, pelo mapa cuja exactidão ninguém garante, se mostrar o trajecto mais curto por Quifangondo.

Dificuldades de traçado? Quem pensou nelas? Onde estão os reconhecimentos?

Pobre justificação da obra de tão grande vulto!

Como se o Estado não tivesse, na propria baía de Loanda vapores a apodrecer por falta de trafego a transportar!... Queremos referir-nos ao vapor «Nazareth», que ninguém sabe o que faz nas tranquilas águas do porto de Loanda.

Ora, prejuisos, transtornos e ainda por cima justificações como estas não se teriam dado se, antes da com-

pra do material se tivessem presentes, devidamente classificados, os projectos a que deveria destinar-se o material. Porque deles deveria constar não só o custo do caminho de ferro, quantidade de material fixo que empregava, etc, etc, como tambem a justificação da sua função economica.

Ninguém pensa, certamente que basta construir caminhos de ferro para se ter os portos que eles sirvam abarrotados de mercaderia.

Não.

A diretriz do caminho de ferro precisa de ser ponderadamente lançada; precisa do estudo, previo dos terrenos servidos debaixo do ponto de vista agricola, mineiro e industrial, segundo o objectivo que a liuha pretende atingir; é preciso conhecer da população indigena e da sua indole; das suas tradições e tendencias para alguém se poder pronunciar em definitivo.

Não se procedendo com todas estas cautelas, corre-se o risco de lancar carris sobre o solo ficando a apodrecer nele em peiores condições do que em pilhas devidamente arrumados, aumentando os encargos do Estado com as despesas de construção, conservação e exploração, quando chega a havê-la.

Porque casos ha em que o caminho de ferro construido não chega a entrar em exploração.

Ora, a construção dos caminhos de ferro, é obra de grande tomo para que possa fazer-se sem tom nem som, como sóe dizer-se em linguagem vulgar.

Assim é que nós supomos que interessaria mais á Colonia a construção dum ramal de caminhos de ferro para servir o Bailundo, do que o prolongamento da linha do Golemo Alto ao Zeuza.

No Bailundo ha interesses criados de grande importancia, e ha uma tendencia acentuada para uma intensificação das explorações industriais e agricolas.

Alem Golungo ha hoje apenas a desolação da perspectiva duma desolação maior.

A mosca tze-tze, disseminando por toda a parte a doença do sono, está destruindo assustadoramente a população nativa afugentando os europeus.

E sem falar do Bailundo, que pertence a uma zona de influencia economica diferente da do caminho de ferro de Ambaca, podiamos fazer referencia ao Libolo, região cheia de riqueza e de possibilidades, habitado por uma raça sadia e robusta, capaz dum grande progresso quando bem orientada e melhor aproveitada.

E veja-se: se se fizesse o ramal de Cassoalala (mais ou menos) ao Libolo, podia servir-se o Dondo, terra de

velhas e gloriosas tradições e que ainda hoje representa um centro commercial para permuta com o gèntio de considerar.

Então, não era mais interessante servir o Dondo do que Calumbo, para onde ha pouco se inaugurou um ramal que parte do quilometro 30 ou 40 da variante do Catete no Caminho de ferro de Ambaca?

E note-se que, indo ao Dondo e ao Libolo, abria-se á Colonização uma vasta zona que só não tem atraído as gerais atenções porque é, por assim dizer, inacessivel, emquanto que, com o ramal de Columbo, serve-se um vasto e interminavel «Mussequé» de areia, onde só vegeta o espinheiro bravo.

Mas, ha mais. A's novas construções, abrindo mais largos horisontes á occupação e á colonização, preferiu-se, no novo programa do fomento esboçado em 1922, a melhoria da linha existente, onde já se gastaram muitos milhares de contos sem vantagens economicas apreciaveis. Nós já afirmámos algures que a construção, dos variantes constituiu um erro economico. E agora, em reforço do nosso raciocinio, vêem as estatísticas comprovar amplamente as nossas asserções.

O tráfego, nos primeiros 11 mezes de 1923, abrangendo por isso os mezes em que os troços da linha substituida não podiam permitir uma exploração regular (segundo se asseverava), foi de 36.061 toneladas.

Em 1924, quando já a variante principal estava em exploração desde julho, o tráfego, no mesmo periodo, foi apenas de 31.911 toneladas.

O numero de passageiros transportados tambem acusa decrescimento

Em 11 mezes de 1923..	89.724	passageiros
Em 11 mezes de 1924..	83.501	«
Diferença para menos.	6223	«

E note-se que em 1924, como em 1923, como nos anos anteriores, o tráfego principal deste caminho de ferro continuou a ser o do capim (erva verde para alimentação de quadrupedes) que vem do Quifangonô, precisamente da região que se pretendia abandonar.

Nos primeiros 11 mezes de 1924 o tráfego do capim elevou-se a 3.677 toneladas, ou seja mais de 10% do tráfego total, ao passo que o tráfego do café só atingiu 3.594 toneladas.

O caminho de ferro do Ambaca tomava contacto como rio Cuanza, no Cunga. Com um bocadinho de boa vontade, quando o troço do valor do Bengo estivesse inutilizado podia o tráfego ser feito pela estação do Cunga, aproveitando o curso do Cuanza para trazer a mercaderia a Loanda. Isso nunca se fez, porque não se quiz fazer. Um pequeno cais, que nunca sen

construiu no rio resolveria o problema.

E o que se fez com o novo programa? Abandonou-se Cunga, com a construção da 2.ª variante, e foi-se tomar contacto com o rio Cuanza em Columbo, tendo de construir-se para isso um extenso ramal imprudutivo.

E' um principio assente, que o orgão deve ser apropriado á função. Um corpo raquitico não precisa dum braço potente.

Quarenta mil toneladas do tráfego que o caminho de ferro de Loanda a Malange dá por ano transportam-se até num modesto «decauville».

A verdade é que o caminho de ferro de Ambaca, emquanto esteve nas mãos da Companhia, não deixou de transportar o tráfego quer de passageiros quer de mercaderias que lhe era oferecido. Havia interrupções, é certo, em epocas de extraordinarias cheias; mas o mal era rapidamente remediado, e o caminho de ferro continuava com a sua função.

Interrupções de importancia ha-as quasi todos os anos no caminho de ferro da Beira a Salysbury e Bulawayo e nem a Companhia de Moçambique nem o Governo pensaram ainda em retirar a concessão á Companhia com o fundamento de que ela não remedie tais desastres.

Se o tráfego de Ambaca, em lugar de se confinar á modesta tonelagem anual de 30 a 40.000 ton., se aproximasse da do caminho de ferro de Lourenço Marques, que chega a transportá-las numa semana, então, sim, que havia motivos para pensar seriamente nas grandes modificações da linha. Assim, não. Foi um luxo assás caro.

Até 1918 o caminho de ferro foi satisfazendo conforme as anormais condições da grande guerra o permitiam. Depois de 1918, logo que o Estado tomou posse dele, deixou de satisfazer. Este é o facto.

E o que aconteceu com o caminho de ferro, aconteceu com as aguas de Loanda. A Companhia nunca deixou de alimentar a população citadina. E que deixasse de o fazer!... Caia-lhe o «Carmo e a Trindade» em cima, como aliás, era justificavel. E agora «com as aguas nas mãos do governo?» Agora... não se morre ainda á sêde, mas pouco menos.

Não negamos nós que o caminho de ferro tenha melhorado com as variantes. E se a estas se applicassem carris de ouro, ou mesmo que fossem de prata, o caminho de ferro passaria a constituir mais uma das grandes maravilhas do mundo, com a consequente vantagem, neste caso de criar uma forte corrente de turismo.

Mas a economia da Colonia muito mais teria lucrado se o dinheiro gasto nos variantes tivesse sido applicado num novo caminho de ferro através

de Libolo, por exemplo, indo até ao Bailundo, se possível, ou fazendo um 2.º ramal a partir do caminho de ferro de Benguela para o Bailundo.

Pois se ha regiões tão ricas que não teem ainda meio de transporte, nem bom nem mau, ha-de estar-se a servir umas (que no passado não tem mostrado tendencias de grande desenvolvimento) *excelentemente* e outras, com aumentadas tendencias, de progresso, nem com nem sem *excelencia*?! Não está certo.

Por isso, insistimos; antes de mais nada, antes dos projectos de empréstimos para obras de fomento, tem de fazer-se os planos dessas obras. E teem de vir elaborados por quem tenha comprovada competencia para o fazer,

Que de exemplos se não poderiam citar de desastres graves no delineamento geral das obras por se ter entregue o trabalho a pessoas de indiscutível competencia, muitas delas, mas sem o necessario treno. Mas nem é preciso citações, tão frequentes são os exemplos.

Resumindo a opinião expendida, podem dizer que a base dum real progresso material da Colonia tem de ir procurar-se num grande emprestimo de fomento, sim, mas subordinado ás seguintes normas:

a) Estudo prévio das linhas que um plano geral de viação acelerada mostre serem necessárias;

b) Classificação dessas linhas segundo a ordem de importancia e de urgencia;

c) Divulgação desses estudos e dessa classificação para que a Colónia ou melhor os Colonos possam emitir tambem o seu parecer, sempre de receber quando se pretende apreciar a função economica das linhas.

d) Estudo atento de todas as opiniões expendidas e de todas as reclamações fundamentadas.

e) E, finalmente, realisação dos empréstimos necessários para a sua construcção, devendo no plano de emprestimo, consignar-se expressamente o quantitativo a distribuir a cada linha.

Assim é que está certo. Doutra modo vai-se ás apalpadelas, por tentativas que só por acaso podem dar certo.

A Africa do sul Inglesa, quando em 1922 tratou de realisar um emprestimo para novas linhas ferreas, fez publicar nos jornais mais lidos as listas e os planos dessas linhas, tendo os jornais publicado belos mapas com a indicação dos troços abrangidos no plano geral (*Rand Daily Mail*, de 22-6-1922).

Simultaneamente, fazia-se a publicação dum volumoso relatório official contendo os projectos e orçamentos de todos esses caminhos de ferro,

sendo posto á venda ao preço modico de 10 shellings e 6 dinheiros. Assim, todos, tecnicos e não tecnicos, ficavam habilitados a conhecer do que se ia fazer e das vantagens que se pretendiam atingir.

As linhas a construir eram em numero de vinte e tres e cada uma tinha a sua dotação especial. Todas elas somavam 853 milhas e estavam orçados em £ 4.100.544, importancia do emprestimo a contrair.

A publicação official referida tinha o seguinte titulo: *Report of the railways and Harbours Board on proposed news lines of railway, 1922.*

Os caminhos de ferro existentes na colónia

A rede actual dos caminhos de ferro existentes compreende 1602 kilometros de caminho de ferro, distribuidos pelas seguintes linhas.

Caminho de ferro de Loanda-Malange....	503 kil.
Idem de Benguela.....	700 »
Idem de Mossamedes...	250 »
Ramal do Golungo.....	30 »
Ramal do Calumbo.....	20 »
Cam. def. do Cuio (particular).....	17 »
Cam. de f. do Amboim.	82 »
	1.602 »

A linha de Ambaca é a mais antiga, foi inaugurada em 1886 pelo então governador geral almirante Guilherme Capelo.

A linha mais moderna é o ramal do Calumbo, inaugurado ha pouco por sua ex.ª e Alto Comissario Rego Chaves.

As linhas são de bitolas diferentes Ha a bitola de 0,60 (linha de Mossamedes, do Cuio e do Golungo); a bitola de 1^m (linha de Loanda a Malange e ramal de Calumbo; e bitola de 1,067 (linha de Benguela a Catanga).

Quatro são os caminhos de ferro e penetração e todos eles, com uma excepção apenas, foram feitos inicialmente com objectivos diferentes.

A linha de Ambaca destinava-se a ir de Angola á Contra-costa, assegurando-nos a posse de todo o sertão, do Atlantico ao Indico. Delineou-se com a bitola decimal das linhas francesas, pois não se pensava então numa possível ligação com linhas de bitola diferentes.

A linha de Benguela tinha, e tem como objectivo ir o Katanga servir a grande região do Cobre ligar-se com a rede da Africa central, cuja bitola é de 1,067.

A linha de Mossamedes, com objectivo meramente militar, destinava-se

a transpôr o grande areal de Mossamedes indo á base da serra da Chela, onde foi esbarrar, sem se ter pensado no seu futuro prolongamento.

Ir á serra da Chela era muito bom para auxiliar as operações militares no sul da colónia; que tomavam um caracter endemico; mas atingir o planalto vencendo o escôlho, de não menor importancia que o vasto areal, a subida da serra da Chela para atingir o planalto do Lubango, não era peor, nem menos importante.

Emfim, transformado o objectivo, a linha lá segue, para diante do Lubango já, na sua tentativa de servir o sul da Colónia, seguindo a linha de penetração da nossa occupação.

Linhas em construcção, actualmente, só há a do Amboim e a do caminho de ferro de Benguela, que se propõe atingir, em breve, o Cuanza proximo a Neves Ferreira, e talvez o troço alem Lubango em direcção á Chibia.

Linhas em estudo, ou já estudadas, não devem existir, por em Angola se seguiu o principio errado de não estudar as linhas... por não haver dinheiro para as construcções com o resultado de se malbaratar, por falta de estudo, quando o há.

O caminho de ferro do Bembe, para servir as faladas minas do cobre, cuja construcção já foi decretada, nem directriz ainda tem, como já dissemos.

Fizeram-se uns reconhecimentos ligeiros para o Zaire e por ahi se ficou. Mais tarde, e quando tudo aconselhava que se proseguisse nesses estudos surgiu «ex abrupto» a ideia de trazer o caminho de ferro, por montes e vales, ao porto de Loanda.

E agora, a ultima palavra no assunto, parece sêr a directriz que o leve ao Ambriz, onde um pseudo-molhe de 4 palmos e meio o aguarde para dar serventia á Katanga Portuguesa, como para ahi já se apregôa.

Nem estudos, nem reconhecimentos, nem nada! Por aqui é que é o caminho... como disse o *Csar* da Russia ao lançar no mapa o caminho de ferro de S. Petersburg a Moscow... E verdade seja que este se fez!...

Assim aquele se fizesse, mesmo por directriz errada. Sempre seria melhor do que nada.

Mas em assunto de tanta monta, deve haver sempre muita previdencia.

E quem hoje rege os destinos da Colonia dá-nos a garantia de que a haverá.

São os nossos votos.

Lisboa 4 de Outubro de 1925.

A. GALVÃO

Tenente-coronel de engenharia.

COMPANHIA DO ASSUCAR DE ANGOLA

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

Capital realizado Esc. 15.000.000\$00

FUNDAÇÃO EM 1920

SÉDE: Rua da Madalena, 45, 2.º

Delegações: Loanda e Benguela

PROPRIEDADES EM ANGOLA

EM BENGUELA: Delegação em edificio proprio
Fazenda S. Francisco (Dombe Grande) area
5.000 hectares
Fabrica de assucar, capacidade 5.000 tons.
Caminho de ferro. Rede propria 50 kilometros.
Rebocadores, batelões e lanchas no Cuio e em
Benguela.
Edificios, casas de habitação, hospital, armazens.
Fazenda Santa Tereza (Luacho) area 10.000
hectares.
Plantações de algodão (cerca de 500 hectares).
Palmares e coconote.
Fabrica de oleo de palma.
Caminho de ferro, rede propria 10 kilometros.
Serviço de mar em lanchões no porto da Tenda.

EM LOANDA: Delegação em Loanda (edificio proprio).
Fazenda Tentativa (Alto Dande) 5.000 hecets.
Fabrica de Assucar para 5.000 toneladas.
Palmares e coconote.
Caminho de ferro. Rede propria 30 kilometros.
Feitoria na Barra do Dande.
Barcos, rebocadores, batelões na Barra.

CRÉDITO BANCARIO EM ANGOLA

TODA a serie de dificuldades que Angola vem atravessando desde 1923 tem como causa, entre outras de caracter essencialmente economico e algumas de caracter administrativo, a ausencia de uma assistencia financeira compativel com o desenvolvimento da Provincia.

E' indubitavel que em Angola o quantitativo das operações comerciais, internas e externas, bem como as despesas

para 50 milhões de escudos da circulação fiduciaria. Mas as exigencias de um maior montante de credito só ficticiamente tiveram realizacão.

Os capitais que ocorreram ás necessidades crescentes podemos separá-los em três especies: 1.º, os capitais proprios dos empresarios comerciais ou agricolas, que tinham sido anteriormente transferidos para a metropole; 2.º, os capitais entregues ao Estado pe-

geral e no pagamento ao funcionalismo.

Os da terceira especie, os que atingiram maior soma, breve se esgotaram tambem, porque os recursos do Banco não puderam ir além do que foram.

Sem querer entrar na apreciação deste ultimo ponto, não poderei deixar de notar, com um certo relevo, que o credito cedido pelo Banco Nacional Ultramarino tinha uma natureza especial, muito *sui generis*, dada a circunstancia de ser aquele um banco emissor.

A base do credito cedido era a propria circulação fiduciaria e a garantia desta o compromisso tomado pelo Estado na solvencia do aludido credito.

Logo, não assentava numa base material, mas sim numa combinacão de relações entre o Estado e o Banco. E essa natureza especial do credito em questão não permitia o seu emprego senão dentro do ambito em que essas relações tinham efeito, isto é, na Provincia.

Da sua applicação externa resultou que o Banco teve que, com os seus recursos proprios, cobrir o vazio desse credito até onde pôde e, portanto, exgotar as possibilidades destinadas ás transacções de credito com o comercio.

Resumindo: As três especies de credito que enunciámos estavam muito longe de bastarem ás necessidades do desenvolvimento de Angola e rapidamente se exgotaram.

De onde se verifica que, embora o numerario em giro tivesse aumentado, desde que um acrescimo de capitais,



MALANJE — Plantação de tabaco

com materias primas e mão de obra tanto na industria como na agricultura, subiam extraordinariamente. São, pois, três as causas que influíram nas necessidades de numerario: aumento de produçãõ, suas respectivas transacções e desvalorizacão da moeda.

Poderemos ainda adicionar uma quarta causa, que muita influencia teve na exigencia de numerario, ou seja o aumento das despesas de administração publica, nas quais avultam as obras de fomento geral e os honorarios ao funcionalismo.

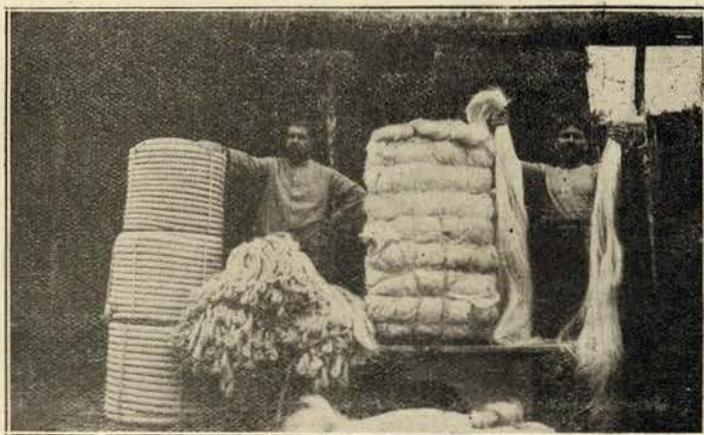
A par das necessidades de um aumento do numerario em giro, apareceram tambem as de um acrescimo de credito, havendo, entre umas e outras, uma intrinseca e directa relação.

Comercio, agricultura e industria necessitavam, para o aumento da produçãõ e das transacções, de numerario, que só o credito, nas suas diversas modalidades, lhes poderia fornecer; este, para satisfazer aquelas necessidades, precisava de capitais com que se constituísse em bases capazes de acompanhar o desenvolvimento das transacções. Como agente de realizacão desta rede de necessidades e de transacções, era necessario o numerario.

Ora, de uma maneira geral e sem entrarmos na apreciação da fórmula escolhida para o fazer, o aumento de numerario realizou-se pela elevaçãõ

das novas empresas concessionarias; 3.º, os capitais cedidos ao comercio e ao governo pelo Banco Nacional Ultramarino.

Os da primeira especie foram-se sucessivamente transferindo para a Provincia e hoje podem considerar-se exgotados. O seu total era, porém, uma



CABINDA — Fabrico de cordas da *Sansivieria cylindrica*

parcela minima perante as necessidades.

Os da segunda especie foram empregados no inicio das obras de fomento

correlativo ás necessidades que dia a dia se iam criando, se não realizou na medida indispensavel, uma crise havia de surgir e foi o que aconteceu.

Portanto, olhado o problema por este lado, somos obrigados a concluir que, para que todo o movimento comercial entre na normalidade, para que a agricultura aumente a sua produção, para que o governo possa prosseguir nas obras de fomento iniciadas, indispensável é que encontrem fontes de credito suficientemente providas, para que se não exgotem rapidamente.

Para as necessidades do governo, as fontes não podem ser outras senão as receitas publicas, a realização de contractos de concessão e os empréstimos. Para a agricultura e para o commercio, as fontes de credito serão: o credito agricola, de organização e subsidio official, e o credito bancario.

Eis-nos chegados ao ponto que pretendiamos atingir.

Angola, até ha dias, apenas tem contado com um Banco — o Banco Nacional Ultramarino — o qual foi até agora a unica fonte de credito a que o colonio podia recorrer e que, por isso mesmo, de tal forma se ligou a todas as transacções, a todas as iniciativas a todas as empresas, que a sua vida e a sua prosperidade são intrinsicamente dependentes da situação da colonia e vice-versa.

O proprio Estado foi ao seu encontro; entregou-lhe o exclusivo da emissão de notas, contractou com ele empréstimos, deu-lhe a missão de cofre do Estado.

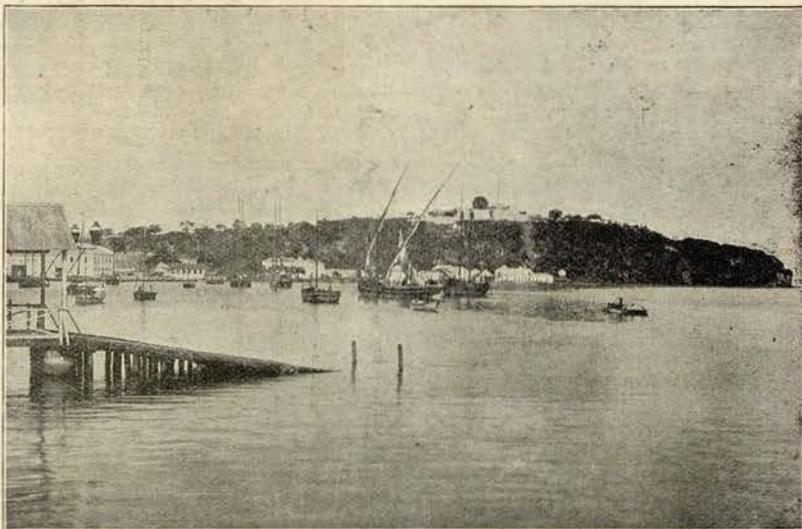
Vem, por isso, a proposito lembrar que pode discutir-se o modo por que o Banco procedeu durante a crise de

Nacional Ultramarino o unico recurso do commercio, da agricultura e da industria; aquele que, com os seus elementos de credito, com os seus capitais e com os seus recursos de toda a especie, colaborou com os colonos, os auxiliou, lhes prestou toda a assistencia financeira de que careciam.

da Provincia, que nos ultimos tempos tão rudemente tem sido atacado.

Feitas estas observações, que a consciencia nos dita, reatemos o raciocinio que vinhamos fazendo.

Angola tem, como fonte de credito bancario e até agricola, encontrado a seu lado apenas o Banco Nacional Ul-



LOANDA — Fortaleza de S. Miguel

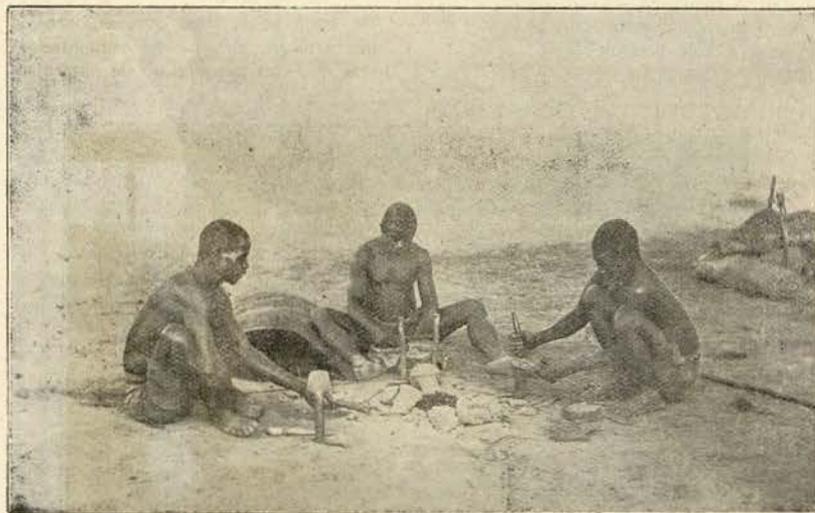
Quando, em 1922, se instituiu o regimen dos Altos Commissariados e uma febre agitou todas as iniciativas coloniais até então latentes, foi ainda o Banco Nacional Ultramarino o princi-

tramarino Ora, se este, inicialmente, ou melhor dizendo, se até 1919 tinha capitais suficientes para desenvolver a sua acção em todas as colonias portuguesas, devido á desvalorização da moeda e aumento de transacções, não dispõe hoje da soma de capitais necessaria ao seu giro.

Para o caso restricto de Angola — aquele que conhecemos mais intimamente — podemos afirmar que o Banco tem necessidade de destinar um capital muito superior áquele de que hoje dispõem as suas sucursais e agencias.

E tanto assim é, que o Banco o reconheceu e o confirmou publicamente pela boca do seu illustre governador, tendo já iniciado, segundo nos consta, negociações para um grande aumento do seu capital e estando a reorganizar os seus serviços em novos moldes, a aumentar os elementos de acção das suas sucursais, tudo sob a égide do seu governador, coadjuvado pelos novos vice-governadores, quer de eleição quer de nomeação do governo, entre os quais se encontram vultos dos mais notaveis nos meios financeiros e politicos.

Eis a primeira esperanza de Angola em via de realização: ver o seu velho Banco emissor, o seu antigo companheiro de luctas, tonificado por novos recursos, fortalecido e robustecido com novos capitais, reatar aquelas relações de interesses coligados e mutuos e caminhar de braço dado com o commercio e com a agricultura no caminho do



AMBACA — Ferreiros

1923-1924, embora seja preferivel esquecer essas horas amargas em que todos tinham razão, mas em que todos tinham culpas; porém, o que não podemos negar é que, durante anos e anos, desde o início da exploração economica de Angola até agora, foi o Banco

pal recurso de que o Alto Commissario lançou mão para empreender todas as obras do seu plano de fomento

E', pois, um acto de justiça, ao balançarmos a actividade bancaria da Provincia de Angola, prestarmos homenagem a esse obreiro da prosperidade

trabalho, da prosperidade e do desenvolvimento economico da Provincia.

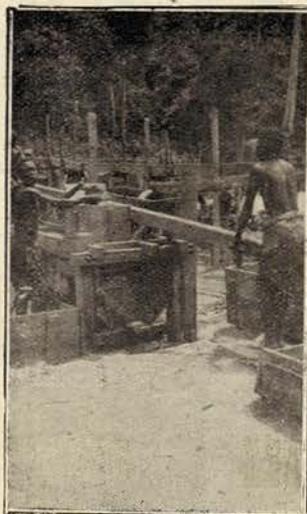
Como nova fonte de credito, como origem de novos alentos ao desenvolvimento e ao progresso de Angola, está em via de organização o Banco Angola e Metropole.

Não nos queremos aqui fazer eco da campanha movida contra este Banco, porque não temos qualquer elemento provado do designio politico que lhe atribuem.

Olhámo-lo apenas sob o ponto de vista financeiro e, como tal, se realizar o programa que anuncia, será uma nova fonte de credito que á colonia aproveita.

Se é suspeita a origem dos seus capitais, como diz a imprensa portugueza; se se destina a actuar como um órgão de infiltração estrangeira, como elemento de desnacionalização, como um obstaculo ás relações comerciais futuras entre a colonia e a metropole, não é a nós que nos cumpre julgar, porque, para isso, lá estão os governos, as leis e as sanções.

De resto, para repetirmos aqui as gravissimas acusações que nos jornais portugueses tem surgido contra a organização do Banco Angola e Metropole, seria necessario que tivéssemos dados positivos, que esses jornais não nos têm fornecido. Até agora, não se têm publicado mais do que hipoteses, mais do que conjecturas.



Lavagem das areias
(Claim do Cavaco)

Eis porque nos repugna fazermos-nos eco dessas acusações.

Passemos-las, por isso, em claro e referirmo-nos apenas ao seu programa, que pelo administrador do Banco nos foi declarado.

A missão principal será a do finan-

ciamento de empresas e companhias de exploração agricola, industrial e comercial de Angola.

Seguidamente, o Banco procurará alargar o credito, tanto quanto possível, facilitando o desconto de letras ao comercio e abertura de creditos aos agricultores.

Paralelamente, o Banco oferecerá ao Estado os elementos para a realização de um empréstimo externo, que lhe permita continuar o fomento geral da Provincia.

Se esta vasta missão for levada a cabo, Angola disporá de mais um elemento de credito para a auxiliar no seu desenvolvimento.

E se todos estes recursos, outros já existentes e ainda outros que, porventura, venham a surgir, forem convenientemente distribuidos e aproveitados, Angola esquecerá em breve a crise que vem atravessando desde 1923 e entrará numa fase de prosperidade e de riqueza que lhe permitirá rir-se com desdem de todas as tentativas de absorção ou de mandato que junto dessa interessante utopia wilsoniana, que dá pelo nome de Sociedade das Nações, sejam apresentadas por aqueles que, não tendo sabido ou não sabendo administrar as suas colonias, pretendem, com tais precedentes, administrar as dos outros.

VIRGILIO P. DA COSTA.

Capitão da A. M.



LOANDA — Uma rua de Palmeiras

Telegramas
CAPA



COMPANHIA AGRICOLA-PECUARIA DE ANGOLA

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

ANTIGA SECÇÃO DE CEREAS DO

Fomento Geral d'Angola

CULTURA DE CEREAS

CREAÇÃO E APERFEIÇAMENTO DE GADO

INSTALAÇÕES

EM

LOANDA, BENGUELA, HUAMBO, LUBANGO,

CALULO, CHINGUAR, LUIMBALE, ANDULO, QUIPUINGO, CHIGIA, GAMBOS etc.

CAPITAL E. 9000:000\$00

SEDE EM LISBOA: *Rua dos Fanqueiros 12.2°*

TELEFONES: C.º 480 e C.º 970

Telefone: 2249-Central

Endereço telegrafico:

Lisboa — GENGUBA

Loanda — FUBA

Dondo — COCONOTE



Beltrão, Pena & C.ª

LIMITADA

Generos Coloniais

LOANDA

DONDO

e

LISBOA

Rua Madalena, 66-1.º

RICARDO PIRES & C.ª

LISBOA

RUA DA GLORIA, 72, 1.º D.º

tel.º — Amendoense

AFRICA

Loanda—Caixa postal 338

End.º tel.º—Tabacos—Silvares

INDUSTRIAL FRICORIFICA Fabrica de Gelo e Refrigerantes — (Fornecimento de gelo, a vapores e de peixe congelado, na linha ferrea Loanda-Malange)

EMPRESA DOS TABACOS DE ANGOLA Fabrico mecanico aperfeiçoado de picados, cigarros e charutos

IMPORTADORES

SERRALHERIA MECANICA

EXPORTADORES

Societarios
de:

Elias & Pires, Ltd., em Lucala—com filiais de permuta nas regiões de café.
Sociedade Agricola e Industrial de Camoma, Ltd.—(Agricultura).
Empresa Pecuaria do Rio Tapada, Ltd., no Lobito e Egipito—(creação de gado e cultura d'algodão e palmares).
Machada & Ricardo nos Salles — Cultura de Palmares).

A INDUSTRIA DA PESCA NA COSTA DE MOSSAMEDES

Em 1839, o governador geral de Angola, almirante Noronha, ordenou um reconhecimento da costa para o sul de Benguela até ao Cunene, confiando a sua execução ao, então, capitão-tenente Pedro Alexandrino da Cunha, comandante da corveta «Isabel Maria».

Levava Pedro Alexandrino ordem de esperar em Mossamedes pela expedição que, confiada ao tenente Garcia, fôra por terra, desde Benguela, a Quilengues, Huila, Iai e Bumbo.

Em Mossamedes estava, então, estabelecido um colono, Antonio Joaquim Guimarães Junior, que explorava uma pequena feitoria de sociedade com Jacome Filipe Torres, de Benguela, e que poucos recursos de alimentação poderiam fornecer não só á tripulação da corveta como aos expedicionarios que acompanhavam o tenente Garcia, pelo que Pedro Alexandrino supriu as faltas com a pesca na baía de Mossamedes, que se mostrava abundantíssima.

A corveta «Isabel Maria» retirou para Loanda e Pedro Alexandrino foi nomeado governador geral, mandando para o sul o brigue «Tejo», sob o comando de Soares Andréa, que continuou abastecendo a sua tripulação com o peixe que pescavam e em tal abundancia, que o secavam para distribuírem aos indigenas.

O exemplo de Soares Andréa foi seguido pelos colonos que se estabeleceram em 1840 e nos anos immediatos e, por tal forma se espalhou a noticia da abundancia do pescado na baía de Mossamedes, que em 1843 ali chegaram Fernando José Cardoso Guimarães e Luis Baptista Eins, por conta de D. Ana Joaquina dos Santos, trazendo «escravos de todos os officios e todos os arranjos para montar uma pescaria, incluindo até marinheiros brancos» (1).

Parece que foi em 18 de janeiro de 1846 que se fez para Loanda, no brigue escuna «Despique da Inveja», a primeira remessa de peixe seco de Mossamedes, na quantidade de 80 «moitetes», pelo que o governador geral, accusando a recepção, manda recomendar ao comandante do estabelecimento de Mossamedes «a maior atenção e que aplique todos os recursos para o aumento das pescarias, as quais se devem manter e custear pelos seus mesmos productos» (2).

Pelo hiate «15 de Agosto» é feita, em 1 de abril, a segunda remessa, tambem de 70 «moitetes», mas só no mapa estatístico da alfandega de Loanda, de janeiro de 1847, figura a primeira exportação

de peixe seco para fora da Provincia, na quantidade de 16 arrobas, das quaes 12 em navios estrangeiros.

O peixe exportado resentia-se da má qualidade do sal, cujo fabrico estava muito descuidado, e a pedido de Soares Andréa, o governador geral, Pedro Alexandrino, manda pela escuna «Falcão»

Loanda 481 «moitetes» de peixe (5), e esta exportação foi aumentando sucessivamente.

A colonia portuguesa que em 1849 veio de Pernambuco destinava-se principalmente á agricultura e a essa exploração se dedicaram quasi todos os colonos, não deixando, contudo, alguns,



M^o IOMBE — Plantação de cacau da Companhia de Cabinda

quatro «bons tachos de arame», com o fim de neles se evaporar a agua do mar, ficando em residuo muito bom sal» (3) e a seguir recomenda ao comandante da estação naval que «apresente o vasilhame e instrumentos necessarios para a salga que vae ter logar em Mossamedes, para consumo da estação e mais vaecos», e remete-lhe um exemplar das «Instruções que devem reger as salgas» (4).

Em janeiro de 1848, já a escuna «Falcão» transportava de Mossamedes para

que a exerciam com maior desenvolvimento, de montarem, como auxiliar da agricultura, a exploração da pesca, aproveitando principalmente o peixe para alimentação dos indigenas.

Seguiam, na preparação do peixe seco, o mesmo processo que então usavam para a carne seca, que, depois de salgada, era estendida e posta a secar numa especie de estrados de bordão, a que davam o nome brasileiro de *girâus*, nome por que ainda hoje são conhecidos os secadores de peixe.

Quando, em 1854, foi occupado o porto de Pinda, já alguns dos colonos vindos de Pernambuco, que se dedicavam ao commercio do interior e tinham ido ao Coroca, conheciam a abundancia de peixe no Pinda e em Porto Alexandre.

Estas informações sobre o peixe passam por Loanda sem se lhes ligar importancia e até, parece, que propositamente as desprezam, para se recomendar em comunicados ao commercio, nos boletins officiais, a riqueza da exploração da urzela no Pinda. Mas chegam á metropole, onde o marquês de Sá da Bandeira, compreendendo-lhe o valor (6), lembra a conveniencia do estabelecimento de algumas empresas de pesca no porto do Pinda e Baía dos Tigres e recomenda que se dê a esta in-

MANTUA, Ltd.



29 a 37
Calçada de S. Francisco
LISBOA

dustria o maior desenvolvimento, estudando as espécies de peixes e as épocas de pesca, remetendo-se para o ministerio o respectivo relatório (7), com alguns exemplares dos peixes em aguardente ou escalados e bem salgados e,

trazendo como tripulantes Pedro Mendes, Pedro José (piloto), Manuel Ramos, José de Jesus Peleira, João da Encarnação Peleira e um pequeno chamado Baptista, indo fundear em Porto Alexandre (10).

Além destas, uma outra emigração portuguesa, a de madeirenses, se fez para Mossamedes, contribuindo também, com o seu trabalho, para o desenvolvimento da pesca.

Eles fixaram-se quasi que exclusivamente numa parte da baía de Mossamedes, na Torre do Tombo, e dedicam-se principalmente á pesca de linha e, nos ultimos anos, á da albacora, também á linha, como nos mares do Funchal, pois esta especie, na costa de Mossamedes, muito raramente aparece nas armações.

◆ ◆ ◆

O peixe pescado na costa de Mossamedes é, na sua quasi totalidade, salgado e sêco, vendido em *malas* ou volumes de trinta quilos, embrulhados em grossaria cosida com mateba e destinado á alimentação de indigenas.

As quantidades e valores, exportados desde 1861 a 1920, constam do quadro seguinte:

ANOS	PEIXE SECO	
	Quantidade em T.	Valores em Esc.
1861-65.....	1.155	30.439
1866-70....	916	33.745
1871-75.....	2.135	82.951
1876-80.....	1.907	78.921
1881-85....	3.425	126.513
1886-90....	4.723	189.092
1891-95....	5.755	327.720
1896-90....	14.175	617.332
1901-05....	23.798	856.000
1906-10....	23.780	935.000
1911-15....	28.671	1.107.000
1916-20.....	38.736	2.754.000



RIO CUANZA — Paizagem no Dondo

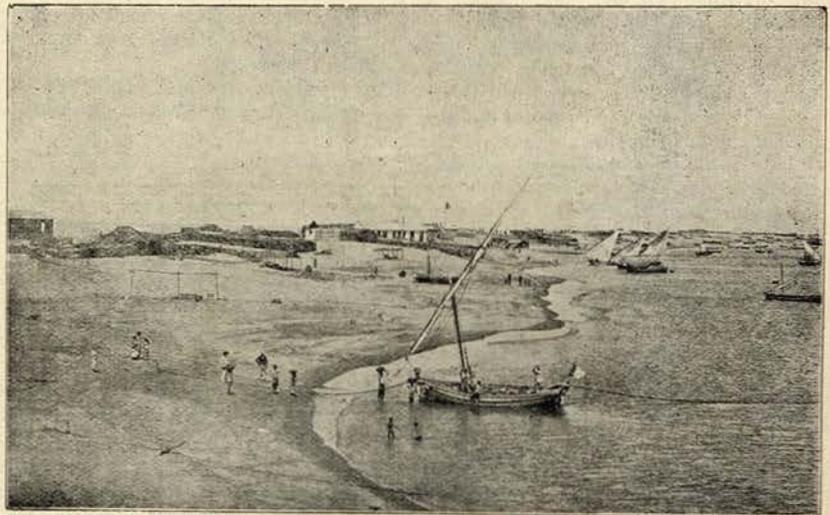
ainda por fim, confia á junta geral do distrito um vasto plano de fomento e colonização, tornando a lembrar a conveniencia da formação de companhias que empreendam, especialmente nos mares de Mossamedes, as pescarias em grande escala e as salgagens de peixe (8).

Em fins de 1854, apparecem em Mossamedes os primeiros navios balieiros de Santa Helena e, com esse facto, animou bastante, não só a agricultura e o commercio, mas ainda a industria da pesca e muito especialmente a do oleo de peixe, que mereceu um regulamento especial.

O movimento marítimo do porto de Mossamedes aumentava bastante, tornando-se mesmo importante para a época, pois em 1856, segundo diz Bernardino de Figueiredo (9), foi frequentado por trinta navios, estrangeiros e nacionais, cujas tripulações, na maior parte constituídas por filhos do Algarve, espalhavam as impressões das suas viagens com respeito á abundancia de peixe, o que levou os seus patricios em 1860 a emigrarem para Mossamedes, espalhando-se, de principio, no Bába e Porto Alexandre, onde encontraram estabelecidos três ou quatro colonos dos anteriormente vindos.

Estes primeiros colonos algarvios vieram nos barcos da União Mercantil e da Empresa Lusitana, mas, no ano seguinte, 1861, sae de Olhão com destino a Mossamedes o primeiro caíque, «Flôr de Maio», de que era mestre Bernardino do Nascimento, o «Brancones», e societario Francisco Ferreira Nunes,

Desde então a emigração dos filhos de Olhão para os diversos pontos da costa de Mossamedes não tem cessado e, com o seu trabalho e com os seus conhecimentos especiais da pesca, quer por si, como industriais, quer com empregados de outros industriais, eles têm dado á industria da pesca a maior intensidade e desenvolvimento, sem necessidade de quaisquer auxilios dos governos, que apenas se limitaram á isenção de direitos para o fio e linhas de pesca.



PORTO ALEXANDRE — Vista geral

devendo no quinquenio de 1921-25 ser de cerca de 40.000 toneladas e no valor aproximado de 70.000 contos.

Para conseguir este resultado, utilizavam, em 1921, segundo as informações do comandante sr. Afonso Vilela (11), os seguintes valores:

Aparelhos de rêde:		
a) Aparelhos de rêde.....	2.912.500\$00	
b) Aparelhos de anzol.....	394.630\$00	3.307.130\$00
Embarcações.....		2.103.600\$00
Estabelecimento de pesca:		
Com mais de 1000 m ² (armazens, giraus, sanzalas estaleiros, etc.) 21 a Esc. 30.000\$000.....	630 000\$00	
Com menos de 1000 m ² (idem idem) 99 a Escudo 10.000\$00.....	990 000\$00	1.620.000\$00
Sobresalentes e reserva de aparelhos de pesca e outro material, 30%.....		1.102.710\$00
Soma.....	Esc.	8.133.440\$00

o que, para melhor fixar ideias, reduzido ao cambio medio desse ano, 6 1/8, representa £ 207.591.

Comparando este valor com o da pesca na metropole e consultando para isso os elementos officiaes (12), vemos que as embarcações e aparelhos empregados na pesca nas seguintes delegações maritimas da costa oeste do continente — Caminha, Ancora, Viana do Castelo, Esposende, Povoia do Varzim e Vila do Conde, do Departamento Maritimo do Norte, e Nazaré, S. Martinho, Foz do Arelho, Ericeira, Cascais, Barreiro, Trafaria, Sezimbra, Sines e Vila Nova de Milfontes, do Departamento Maritimo do Centro, e dos quais estão excluidos apenas os centros especiais da pesca do bacalhau e de arrasto, com embarcações a motor, que não existem em Mossamedes — eram avaliadas em

Esc. 4.450301\$00, que, reduzidos da mesma forma a ouro, ao cambio medio do ano, 12 13/16, representam £ 233.611.

As indicações apresentadas dizem só-

ser muito ponderadas e não ter em vista alterar o que está feito, com o pretexto de que o peixe tem mau aspecto.

O que está feito é muito e podemos apresentá-lo com orgulho, porque ainda nação alguma colonial fez mais do que nós ou sequer se aproximou do que nós fizemos.

Os capitais hoje empregados na industria da pesca representam tambem um grande sacrificio.

Não vamos escangalhar o que está feito com a preocupação de o melhorar

Outubro - 1925

ALFREDO FELNER.

(1) — Arquivo da Camara Municipal de Mossamedes. Officio de 27 de novembro de 1856 de Bernardino Figueiredo ao Vice-Presidente da Camara.

(2) — B. O. n.º 20 de 24 de Janeiro de 1846. Noticias Maritimas. Entradas.

(3) — B. O. n.º 87 de 8 de maio de 1847.

(4) — B. O. n.º 106 de 1847 — Officio n.º 176 de 17 de Junho de 1846.

(5) — B. O. n.º 123 de 1848. Noticias Maritimas. Entradas.

(6) — Anaes do Conselho Ultramarino. Parte Oficial. Serie I. Portaria de 22 de Junho de 1855.

(7) — 14 de Abril de 1857.

(8) — Portaria de 26 de Setembro de 1856.

(9) — Officio citado n.º 1.

(10) — O catque «Flor de Maio» ficou empregado na navegação costeira. Em 1º62 ou 863 foi vendido pelo Brancanes a um individuo, Oliveira Mação, de Loanda. Brancanes ia em viagem para o entregar, quando, por alturas de Benguela Velha, foi acometido por uma colica. Aproximaram a Benguela Velha, onde Brancanes chegou já cadaver. Não tinham madeira para o caixão e tiraram as taboas da camara para o fazerem. Para o ousado marinheiro que o tinha levado de Ilhão a Porto Alexandre, não podia ser outro, nem mais proprio, o esquife, que nenhuma urna de lavrados e incrustações poderia substituir.

(11) — A Pesca e Industrias derivadas em Mossamedes.

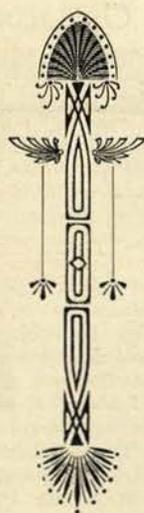
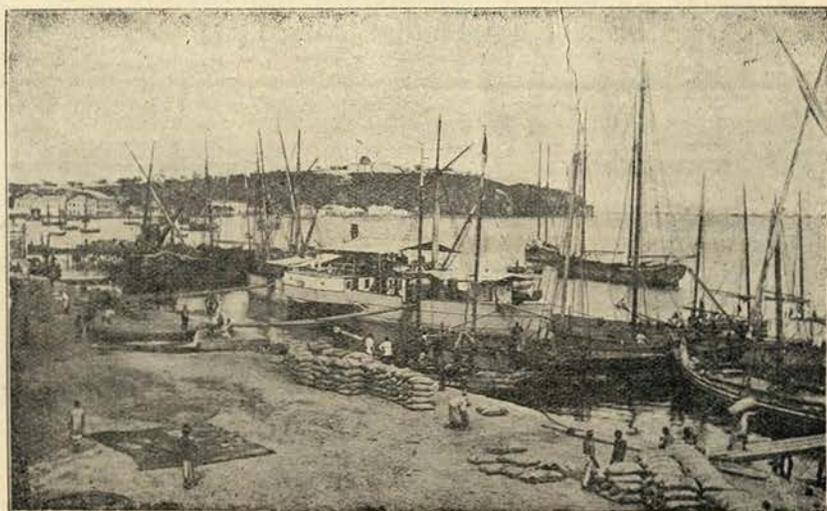
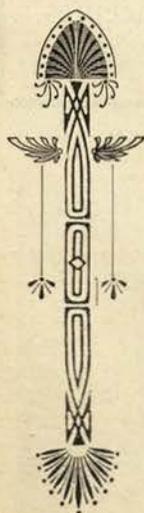
(12) — Estatistica das pescas maritimas no continente e ilhas adjacentes no anno de 1911.

mente respeito á costa de Mossamedes, desde a Lucira ao Cunene.

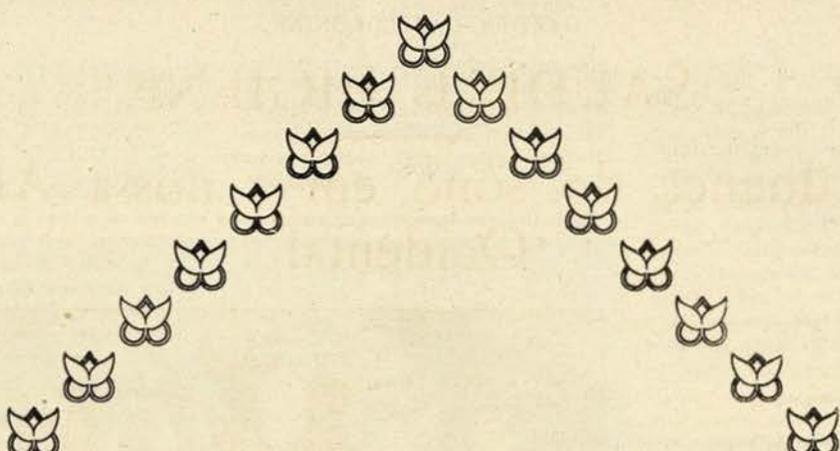
Na costa, para o norte de Lucira e em Benguela especialmente, muitas pescarias se têm ultimamente montado e o valor da sua exportação é importante.

Como, na costa de Mossamedes, quasi todo o peixe pescado é destinado á secagem, porque o maior consumidor é ainda o indigena, e os industriaes, tendo esse consumidor certo, cuja capacidade de consumo ainda não foi atingida, não procuram modificar o seu produto, salvo raras excepções, como a da Fabrica Africana de Mossamedes, que trabalha em conserva de azeite.

Tornam-se necessarias medidas de incitamento á fabricação de novos produtos e de aproveitamento dos guanos e oleos, mas essas medidas precisam



LOANDA — Embarque de café



Banco Nacional Ultramarino

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

BANCO EMISSOR DAS COLÓNIAS

Séde — LISBOA — Rua do Comercio

Agencia — LISBOA — Cais do Sodré

Capital social: Esc. 48.000:00\$000

Capital realizado: Esc. 24.000:000\$00

Reservas: Esc. 34.000:000\$00

FILIAIS NO CONTINENTE — Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Covilhã, Elvas, Evora, Extremoz, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Olhão, Ovar, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Regua, Santarem, Setubal, Silves, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Real de Traz-os-Montes, Vizeu

FILIAIS NAS ILHAS — Funchal (Madeira), Angra do Heroismo e Ponta Delgada (Açores)

FILIAIS NAS COLONIAS — AFRICA OCIDENTAL — S. Vicente de Cabo Verde, S. Tiago de Cabo Verde, Bissau, Bolama, Kinshass (Congo Belga), S. Tomé, Príncipe, Cabinda, Loanda, Malange, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Vila Silva Porto, Mossamedes, Lubango

AFRICA ORIENTAL — Beira, L. Marques, Inhambane, Chinde, Tete, Quelimane Moçambique e Ibo

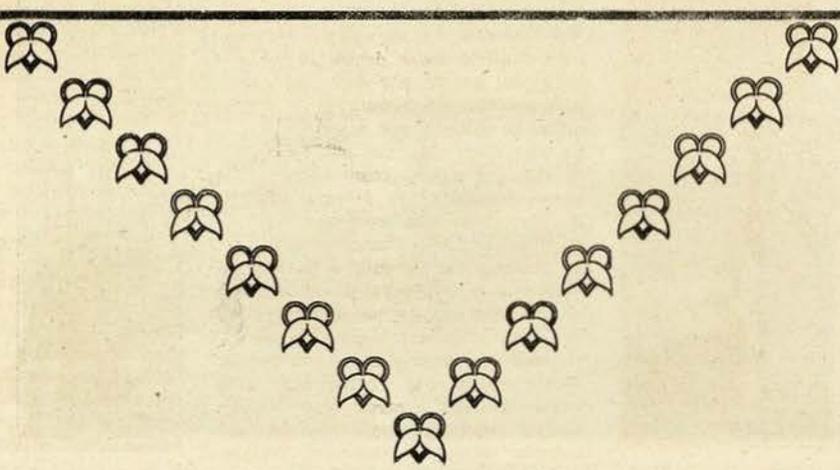
INDIA — Nova Gôa, Mormugão e Bombaim (India inglesa) CHINA — Macau TIMOR — Dilly

FILIAIS NO BRASIL — Rio de Janeiro, S. Paulo, Pernambuco, Pará e Manáus

FILIAIS NA EUROPA — Londres, 9 Bishopsgate E. — Paris, 8, rue du Helder

AGENCIA NOS ESTADOS UNIDOS — New-York, 93, Liberty Street

Operações bancarias de toda a especie no continente, ilhas adjacentes, Colónias, Brasil e restantes países estrangeiros



SAUDE E HIGIENE

A doença do sono em a nossa Africa Ocidental

A NGOLA, a mais pura joia no escriptorio do Além-Mar português, aquela onde, para qualquer parte que nos dirijamos, sómente se ouve a nossa lingua harmoniosa, sem misturas de anglo-saxonismos dissonantes — é uma das nossas colonias mais causticadas por argutuosos problemas. A sua crise economica, a revoada de abutres que ajeitam sobre ella, lançando-lhe cobiçosos olhares, a sua agricultura em luta com exaustivas dificuldades, as suas industrias numa prolongada infancia de desenvolvimento, as suas magnificas vias fluviais desaproveitadas, as suas endemias definhando as populações das duas raças — são outros tantos calvarios aflitivos na via sacra dolorosa que se vê obrigado a percorrer todo aquele que quizer aplicar, por momentos, um pouco de atenção á vida atribulada desta nossa possessão, tão prodigamente dotada pela natureza.

Uma das calamidades que menos tem solicitado um exame devidamente cuidadoso, apesar do lento e terrível trabalho de sapa a que se entrega, e indubitavelmente a da doença do sono. E' preciso ir á Africa e percorrer, principalmente, as extensas regiões do leste de Loanda, para se fazer uma ideia, tão confrangedora como nitida, das depredações a que se entrega aquele flagelo, quasi inteiramente livre na sua acção, destruindo, vagarosa e persistentemente, as populações indigenas.



LOANDA — Rapariga cabinda



BENGUELA — Quintandeiras

atacando-as logo nas primeiras idades, inutilizando os adultos, devastando as aldeias inteiras, reduzindo a silenciosas manchas de necropole largas planicies outrora semeadas de povoações buliçosas, promovendo assim o inevitável declínio da população e o seu desaparecimento em futuro proximo. A doença do sono não é apenas o agente exterminador da raça negra: é também o implacável inimigo que a raça branca ali encontra, frustrando todos os esforços que a mesma empenha, com uma tenacidade digna de melhor prémio, no aproveitamento agricola das ferazes regiões intertropicaes.

Assim, é frequente, nos grupos tristonhos de infezados serviçais negros das fazendas, ter de apartar elevadas percentagens destes debéis exemplares de gente, que só por sarcasmo se podem apellar de *trabalhadores*, mandando-os embora, por assim dizer, para morrerem em paz nas suas acanhadas habitações, como miseros destroços humanos, de antemão votados a uma condenação irrevogavel. E' frequente, nos recrutamentos militares, ter de engeitar dezenas e dezenas de mancebos, porque neles se encontraram os fatidicos caroços pré-cervicais que são como o *lasciate ogni speranza* carimbado numa existencia deliberadamente sentenciada. E' frequente atravessar grandes e arruinadas aldeias apenas habitadas por cinco ou seis inermes velhas que esperam, resignadamente, a morte libertadora, porque

toda a restante população foi pouco a pouco dizimada pela misteriosa parca negra que arrebatava as suas vitimas envolvendo-as no manto carinhoso de um sono infindavel ou retalhando-as nas furias selvaticas de uma truculencia por vezes homicida.

O perigo, contudo, foi visto em toda a sua nitidez, e, em todos os países possuidores de colonias assoladas pela doença do sono se manifesta, de longa data, uma afervorada ansia no combate áqueleta temível praga.

Desde as autoridades administrati-



LOANDA — Rapaz cabinda

vas ás scientificas, todos se aprestam com os meios á sua disposição para o porfiado trabalho que deve jugular, o melhor possível, o dizimador flagelo.

Chegou á Sociedade das Nações o clamoroso reflexo de uma tão impressionante situação; e, se não se pode afirmar que aquele organismo internacional, essencialmente politico — mas de uma politica superior — interfira de uma maneira directa no assunto, pois que tal não é o seu papel, é bém certo, no entanto, que muito de util e talvez de decisivo deverá resultar da sua acção, visto que a directriz desta, neste capitulo especial, consiste em coordenar e dar uniformidade ou homogeneidade aos esforços dos diferentes países que têm interesses ligados ao mesmo objectivo.

Como dizemos acima, a luta contra a doença do sono comporta duas indicações: uma directamente contra o estado morbido, que pertence aos cientistas (medicos e pesquisadores laboratoriais) e outra, de ordem administrativa, embora sob o *contrôle* e direcção dos primeiros, que visa exclusivamente á difficil tarefa anti-propagativa da endemia e que é talvez a mais importante.

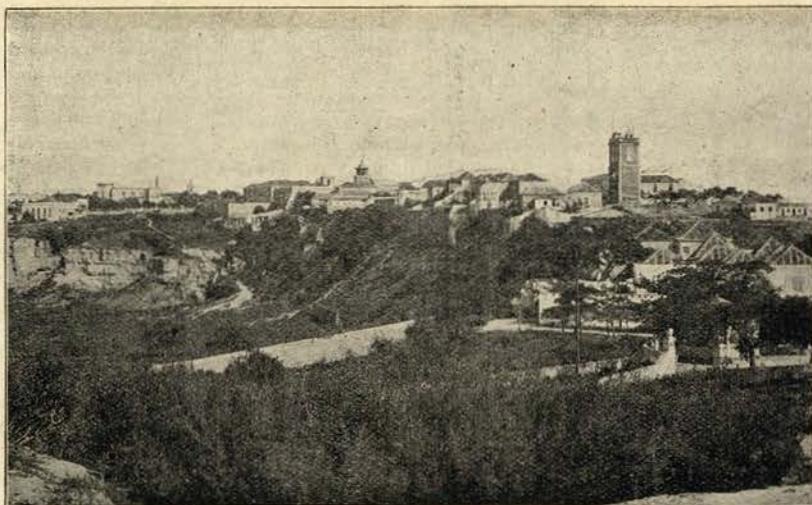
O primeiro destes objectivos tem tido e continua a ter ao seu devotado ser-



NOVO REDONDO — Busto de mulher

a que as missões de estudo os obrigam, muito apreciaveis resultados se têm obtido no combate á mortifera enfermidade. O trabalho, no entanto, é moroso, pouco brilha e ás estatisticas — onde elas existem, reflectidas nos recen-

do de todas as doenças tropicais regionais; um ou outro delegado de saude dispõe de um microscopio e de meia duzia de córantes regulamentares, e mais nada. Nenhum medico colonial português teve jamais o prazer de citar experiencias ou observações feitas num laboratorio angolense cujo nome, por muito arrevezado que fosse, pudesse hombrear com os de Brazzaville ou Leopoldville, para não mencionar senão os nossos vizinhos franceses e belgas. Contra uma objurgatoria destas, está sempre engatilhada a sedicã resposta: que os órcamentos da Provincia lutam com imensas difficuldades para atender convenientemente a todas as necessidades da vida da colonia e que, portanto, forçoso é esperar melhor oportunidade de dotar os serviços de saude com os aperfeiçoamentos materiais que eles necessitam. E' certo, infelizmente, que as condições financeiras de Angola não são prosperas, mas, se nós podemos, pela força do habito, ir esperando que o sejam, a doença do sono é que não se digna esperar que o orçamento melhore da sua cronica aglobulia. E as entidades encarregadas do perseverante combate não podem, por seu turno, esperar que, com o auxilio de uma varinha magica, caiam



LOANDA — Cidade alta

viço as mais pacientes boas vontades das instituições medicas de todos os países coloniais africanos, sem excluir, felizmente e numa medida muito apreciavel pelo que representa de esforço e de dedicação, o nosso país. Em Angola, a que especialmente nos reportamos neste momento, da diligencia dos nossos medicos coloniais, quer no seu obscuro mas humanitario trabalho *in situ*, quer nas fadigosas deambulações

seamentos — quasi passa despercebido o fruto dos esforços e das fadigas do benemerito pessoal de saude, fruto quantas vezes alcançado á custa de dolorosos sacrificios e incomodidades de toda a ordem, só proprios de espiritos dotados das mais vincadas qualidades de abnegação e altruismo.

Faltam, em Angola, laboratorios especialmente destinados ao estudo da doença do sono e, de um modo geral,

do ceu os elementos necessarios para a completa execução da sua tarefa; esta exige muito dinheiro e só por se atender a esta circumstancia é que a ilha do Príncipe conseguiu expurgar de si um hospede tão prejudicial.

Seria da maxima conveniencia fazer construir e dotar abundantemente um laboratorio no centro da mais castigada região tripanosomiotica de Angola, o *hinterland* de Loanda, para o que

admiravelmente se prestava a vila de Dalatando; aí se manteria uma boa enfermaria de indigenas portadores da doença, para observação e experiencia; aí convergiriam os elementos de estudo provenientes do Congo português, de Benguela e do Cuanza-sul; subsidiariamente destinada ao estudo das tripanosomozes animais, outro objectivo riamente, trabalharia junto a este lapanosomozes animais, outro objectivo

aos praticos as armas escolhidas e experimentadas que melhores resultados dessem na luta a desenvolver.

Falámos acima na Sociedade das Nações e no interesse que á mesma merece tudo o que diz respeito a este assunto. Pelo seu *Comité Permanente de Higiene* preconiza-se a constituição duma comissão internacional que vá estudar a doença, sob os seus dois mais importantes pontos de vista, o preventi-

dade de Entebbe, junto ao lago Vitoria, na Uganda, onde se coordenarão todos os estudos feitos nos varios laboratorios africanos, e onde se forcejará, durante um ano de aturados estudos, por encontrar uma formula medicamentosa de facil emprego, estavel, muito activa, de efeito rapido, pouco ou nada dolorosa, pouco toxica e pouco cara — diversos *desiderata* em cujo conjunto reside o ideal para o tratamento ou



LOANDA -- Cidade alta

importante a atender, visto que nem o trabalho do homem é util, tambem o é o do animal de tracção. Assim, com uma instalação scientifica bem apetrechada e a competencia já provada dos medicos coloniais, terminaria a pobreza do arsenal terapeutico de que ainda hoje se encontram armados os clinicos que têm a seu cargo o tratamento daquelles doentes, arsenal que quasi está reduzido ao velho, embora proveitosissimo, *atoril*. Qual é o medico oficial de lá, a cujo alcance foi até hoje posto o uso do 205 Bayer, cuja formula os alemães mantêm em segredo mas que consideram especifico da *Tr rhodensiense*, ou a *triparsamida*, tão elogiada pelos belgas?

O problema interessantissimo, ainda não definitivamente posto de parte, da *seroterapia* no tratamento da doença do sono, os da *d'Arsonvalização* e da *diatermia*, com o mesmo fim, as longas experiencias com os variadissimos compostos quimicos, isolados ou associados, as pesquisas sobre a possivel imunidade humana *vis-à-vis* da tripanosomose seriam assim a preocupação unica de uma *élite* de microbiologistas e parasitologos devotados, cujo trabalho não só atrairia a gloria para a ciencia portuguesa, como forneceria

vo e o terapeutico, numa região bem contaminada mas com excelentes condições de estudo; ficou resolvido, em maio deste ano, que essa comissão deva proceder aos seus trabalhos na ci-



NOVO REDONDO -- Busto de homem

prevenção da temida doença. Os Servicos Tecnicos da Organização de Higiene da Sociedade das Nações nobilitam-se assim, procurando afanosamente indicar aos governos a melhor forma de, no campo da ciencia e com o auxilio dos seus ditames, proporcionar aos povos as directrizes de uma melhor vida higida, pelo esforço concatenado dos sabios de todas as nacionalidades, reunidos para um fim de comum utilização; os seus estudos abrangem quasi todas as modalidades patologicas endemicas que affligem a humanidade, como o paludismo, o cancro, a tuberculose, etc., sendo de notar que até a propria Administração da União das Republicas Socialistas Sovieticas pediu a colaboração da Sociedade das Nações, pela sua Organização de Higiene, para efeito do estudo que mandou fazer sobre as causas de persistencia da peste bubonica em certas regiões da Siberia Oriental limitrofes da Manchuria. E' de esperar, portanto, que os estudos sobre a doença do sono sofram agora, sob o paládio prestigioso da Liga das Nações, uma vigorosa intensificação que lhes insuffle a proficuidade necessaria a uma desejada beneficencia social, sob todos os pontos de vista, das extensas regiões africanas azor



MOSSAMEDES -- Mondombe solteira

ragadas por aquele inquisitorial flagelo.

A parte de mais largo âmbito, portanto, a mais importante, genericamente considerado o assunto, é a que diz respeito ás medidas administrativas a adoptar, sob um índice uniforme de colaboração internacional: assim, deverá haver conferencias officiais periodicas entre o pessoal administrativo e os medicos encarregados da luta antitripanossomótica estacionados nas zonas fronteiriças das colonias infestadas, conferencias destinadas a delimitar com rigor essas zonas, a determinar a frequencia e distribuição das moscas glossinas, os movimentos mi-

gratorios da população e os processos de investigação adoptados em cada colonia, etc.

Os metodos de luta contra a doença e as moscas, antigamente seguidos, e que consistiam na evacuação, á força, da população indigena para regiões indenes, são hoje considerados como um expediente de pouco recomendavel applicação; fizeram isso os ingleses na Uganda e não se felicitam por tal medida que, além de difficilissima e cara, é pouco eficiente.

Duma ou doutra maneira, o combate mais proveitoso contra a propagação desta doença deve continuar a girar em volta das classicas indicações da desarbustização intensiva e da esterilização periodica do sangue de todos os indigenas de uma região bem averiguadamente infestada. Outros processos têm sido lembrados, mas eles, praticamente, ou são inexequíveis, ou então filhos de uma imaginação julesvernesca que só pede um paternal sorriso: tais são a destruição da caça grossa — que necessitaria ser total... — a deslocação global das populações, já citada, e até — oh fantasia! — o emprego, que já foi lembrado, dos gazes asfixiantes lançados de aeroplanos por sobre as intrincadas florestas onde ha glossinas...

A verdade é que os governos coloniais têm de olhar com particular atenção — e esta atenção resume-se no competente revigoramento das verbas respectivas dos orçamentos... — para este problema do combate contra a doença do sono. Porque não se trata apenas de uma medida de higiene pu-



MOSSAMEDES -- Mondombe cosada

blica, ou, quando muito, de ordem scientifica; trata-se, sim, de uma grande diligencia de ordem economica e social, tendente a salvar o futuro das grandes aglomerações populacionais, que o mesmo é que dizer, o proprio futuro de grande parte da colonia, pois que o braço do indigena trabalhador é ainda uma grande riqueza da terra, e uma geração de pseudo-trabalhadores com os braços esqueléticos não é, de modo algum, uma riqueza; é, antes, um valor morto que arrasta a morte do país em que reside.

ASSUNÇÃO VELHO.

Major-medico



LOANDA -- Hospital Maria Pia

O ORÇAMENTO PERANTE O FOMENTO DE ANGOLA

Ao Conselho Legislativo da Província de Angola foi apresentado pelo seu ilustre vogal, sr. Antonio Correia de Freitas, um interessantíssimo projecto para a criação dum *Fundo do Fomento* destinado a promover, sob a direcção duma *Junta Central*, a valorização económica da Colonia, com

em vigor, apresenta-nos este quadro comparativo da dotação de diversos serviços e de diversas despesas:

1.º—Serviços hospitalares...	14.069	contos
2.º—Serviços militares....	14.021	»
3.º—Caminho de ferro de Loanda..	12.421	»
4.º—Correios, Telegrafos e Radio.....	5.821	»

20.º—Ensino profissional indigenas.....	910	»
21.º—Missões religiosas....	727	»
22.º—Agrimensura	484	»
23.º—Hidraulica	208	»
24.º—Negocios Indigenas...	204	»
25.º—Serviços florestais....	168	»

Vemos, assim, que numa provincia, como Angola, essencialmente agricola, e,—sob esse aspecto—de incalculaveis riquezas e possibilidades, onde, da sua exploração, fundamentalmente vivem quasi todas as actividades,—os serviços agricolas comparados com 25 outros, occupam lamentavelmente o 17.º lugar! Vemos a sua dotação ser inferior á da Imprensa Nacional e quasi que igual á dos Serviços de Geologia e Minas.—Vemos que, em telegramas e portes de correspondencia, se gasta mais do que com eles; que em passagens se dispende quasi 5 vezes mais, e que acima dos serviços agricolas se encontram, em 12.º lugar, as Missões Civilisadoras, de cuja utilidade ninguém ainda em Angola se apercebeu.

Não discutimos, porem, a dotação dos outros serviços, queremos, somente, evidenciar que, quando o problema de fomento agricola da provincia, é relegado a tal plano, não temos senão que nos queixar de nós mesmos, em face da situação e das dificuldades com que lutamos todos, sem excepção.

E' tempo, pois, de definirmos a nossa orientação. Reconhece o Go-



MALANGE — Animais comendo... em familia

o metodo e a sequencia que ela instantemente reclama.

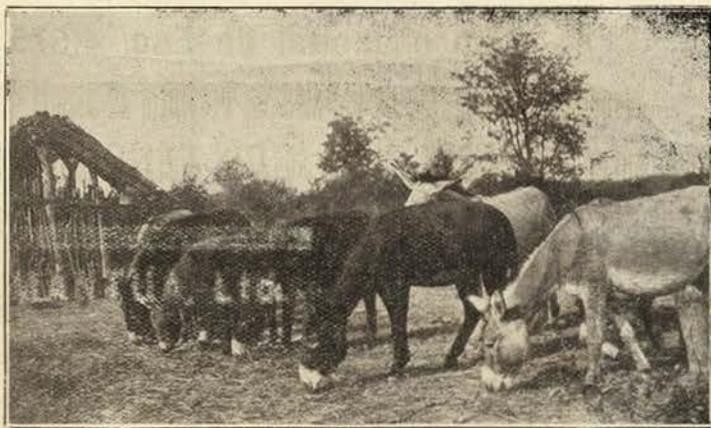
Conhecemos já qualquer coisa de semelhante, que, pelo sr. dr. Jaime do Morais, foi estabelecido na India. Eram diferentes os fins; mas encontra-se neles a aproximação da ideia. O que em ambos se pretende é subordinar a receitas especiais e abrigadas de intervenções daninhas uma obra definida: na India, — o progresso material, em que interfere a engenharia; em Angola,—o fomento agricola, que tem como agentes a colonização, as sementes e os gados.

O sr. Correia de Freitas demonstra, num relatório lucidissimo, a necessidade de se procurar fóra do orçamento os recursos de que a administração carece para não demorar inerte ante as exigencias da Colonia. E é com muito magua que deixamos de reproduzir nestas colunas, por falta de espaço, esse valioso documento que a sua mão segura elaborou. Mas não podemos furtar-nos ao prazer duma transcrição que, por si só, justifica plenamente a razão que lhe assiste, sendo mais que a impressionante verdade colhida nos numeros que as tabelas orçamentais registam.

Apreciem-na os nossos leitores:

«Ao cabo de quatro anos do regimen de descentralização administrativa, o ultimo orçamento, aprovado e

5.º—Passagens e fretes....	5.000	»
6.º—Água e Saneamento de Loanda	3.763	»
7.º—Obras Publicas.....	3.504	»
8.º—Caminho de Ferro de Mossamedes.....	2.317	»
9.º—Serviços de Fazenda ..	2.194	»
10.º—Instrução Publica.....	1.580	»
11.º—Pecuaría	1.293	»
12.º—Serviços de Marinha...	3.949	»
13.º—Missões Civilisadoras..	1.279	»
14.º—Alfandegas.....	1.254	»



ZAIRE — Criação de burros no Congo Iala. (Concessão do Fomento Geral de Angola)

15.º—Telegramas e portes de correspondencia.....	1.200	»
16.º—Imprensa Nacional....	1.025	»
17.º—Agricultura.....	1.022	»
18.º—Geologia e Minas.....	1.009	»
19.º—Subsídio a C. N.	872	»

verno, reconhece este Conselho, que se impõe, como solução, uma verdadeira politica de fomento? Pois não nos iludamos por mais tempo. Reformemos, sem demora, a Secretaria

da Agricultura, tornemo-la num organismo pratico e produtor.

Não se pode enveredar por esse caminho? Acabaremos com a sua existência inutil. Não nos iludamos então, nem iludamos mais ninguém.

Mas se o orçamento comporta absurdos como o de serem dotados, em seu conjunto, os serviços da Secretaria de Obras Publicas e Minas (que tal como está não tem razão de existir) com 24 engenheiros e 25 condutores — além de muito outro pessoal — num total de 4.916 contos, para se fazerem obras no total de 2.730 contos; se se podem pagar 5.000 contos para a voragem das passagens, e

1.200 contos para telegramas e portes de correspondencia, além de 6,115 contos para a Secretaria de Comunicações, ao passo que os Serviços da Agricultura, Agrimensura, Pecuaria e Florestas apenas são dotados com 3.077,—evidentemente que ha a immediata necessidade de se inverterm os numeros e as dotações para que não faltem mais áqueles serviços que exigem, é certo, grandes despezas mas que são despezas produtivas.

E se o governo consegue, este ano, organizar o seu orçamento de Despeza Extraordinaria, indispensavel e então que se não tente só mas, de facto, se leve a efeito uma larga e fecunda politica de produção.

E não pode circunscrever-se a uma politica de fomento agricola. Ha que alarga-la até onde for necessaria, para estimularmos todas as actividades de Angola, em todos os seus campos, agricola, industrial, e a defendermos e a ampararmos com leis de protecção e leis de favor.

Companhia Nacional
DE

PRODUTOS COLONIAIS, L.^{DA}
Rua dos Fanqueiros, 15 — LISBOA
*Transações sobre cacau,
café, cera, coconote e couros*

E' que não basta só produzir mais. E' preciso se não percam, em cada ano, milhares de contos, pela má preparação e pelo descredito de que sofrem todos os nossos generos de exportação.

E' assim mesmo!...

E não haverá olhos que reparem nisto?

A *Gazeta das Colónias*, associa-se de todo o coração ao desejos do illustre vogal do Conselho Legislativo para que se converta em lei o valioso projecto que, definitivamente, resolverá o problema, extinguindo misérias e... anomalias.

Companhia Estrela-Farim
Concessão na Guiné

Séde — Rua Ivons, 21 e 25
LISBOA

TELE } fones — C. 46 e C. 5595
gramas — CIRICA

A. B. C.
CODIGOS: } Ribelro
Mascote

SANTOS, OLIVEIRA & C.^A

Comerciantes e Agricultores

Comissões e Consignações

LOANDA E MALANGE

COMPANHIA DE PETROLEO DE ANGOLA

(ANGOLA)

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de Esc. 4.675.365\$00 (ouro)

Pesquisas e exploração de petroleo na Provincia de Angola, por concessão do respectivo Governo

Séde social em LISBOA: RUA DOS FANQUEIROS, 12-2.º Telegrams: ANGOIL

Comité técnico em Nova York -- Escritorio em Bruxelas

Presidente do Conselho de Administração

Banco Nacional Ultramarino

Direcção técnica: "Sinclair Consolidated Oil Corporation"

45, Nassau Street, New-York

Administrador-delegado

Ernesto de Vilhena

REPRESENTAÇÃO E DIRECÇÃO TÉCNICA EM AFRICA

Representante

Coronel Eduardo Marques

Caixa Postal 332 Teleg.: ANGOIL

LOANDA

Director técnico

O administrador Mr. CHESTER NARAMORE

Caixa Postal 315 Teleg.: SINGOLA

LOANDA

MOVIMENTO COMERCIAL DE ANGOLA

As estatísticas são, de facto, os mais sérios elementos em que as opiniões se poderão firmar. E foi assim que a *Revue Générale de la Colonte belge*, no seu n.º 3, de Março de 1924, tendo passado em revista algumas cifras interessantes que nas estatísticas de Angola deparara, pôde afirmar aos seus leitores o que se reproduz nas seguintes linhas:

Destas indicações (estatísticas) respeitantes ao que se passa presentemente em Angola, tanto para os caminhos de ferro, os portos, as explorações mineiras, etc., é permitido concluir que esta colónia entrou numa fase de desenvolvimento muito rápido.

Imediatamente após a guerra, Portugal compreendeu que devia fazer um grande esforço para valorizar as prodigiosas possibilidades das suas duas grandes colónias de Africa: Moçambique e Angola. Não se iludiu que importava explorar as riquezas encerradas nesses territorios para o bene-

ficio da comunidade humana. Compriu esta tarefa, procurando atingir o fim que se tinha proposto.

Louvado seja Deus! Ainda ha gente honrada neste mundo, para quem a justiça não é... uma carta de jogar. E, compungidamente, temos de constatar que, até entre nós, com frequência deparamos prosa de criaturas em que a justiça se parece muito... a do americano Ross.

Ora é verdade!... As estatísticas são o diabo para muita gente, que tem mais interesse em pescar nas águas turvas. E se neste país se pensasse um pouco mais no valôr formidável dos algarismos, não teriamos nós de esbarrar algumas vezes no inconcebível vazio das nossas repartições metropolitanas, onde ninguém consegue obter uma informação em dia, como se não estivesse nos dados numéricos a mais incontroversa expressão da nossa actividade. Adeante!...

Que a «Revista» supracitada tinha razão, dizem-no as cifras respeitantes ao movimento comercial de Angola no quinquénio de 1920-1924, em

que o movimento comercial foi o seguinte:

	Informações (contos)	Exportações (contos)	Total (contos)
1920.	19.674	20.367	40 041
1921.	44 537	45.733	90 270
1922.	87.218	111.866	199 084
1923.	242.874	201.112	443 986
1924.	333.097	237.278	570.375
Soma	727 400	616.356	1.343.756

Ao desequilíbrio de 111.044 contos que se nota na balança comercial durante o quinquénio, correspondem importações do Estado na importância de 177.853 contos no mesmo período, sendo esta, portanto, a causa do «deficit» registado.

Para certos «economistas»... de pechisbeque, apostados em desenhar com as mais sombrias côres a situação economica da Provincia, as nossas contas devem estar... erradas. Há-os até daqueles que, por horrôr aos reverberos da luz, extraem das exportações as cifras correspondentes á extracção dos diamantes... como se não fosse riqueza saída do seu sólo, e influido por diversas formas na sua economia, aquele altissimo valôr que se está explorando.

As principais mercadorias de produção Angolana

ARIQUEZA de Angola, tanto a que deriva do solo e sob solo como a que se colhe nas águas do mar, afirma-se pujantemente nos seus quadros de exportação. E a escala crescente em que esta se vai realizando, tambem acuda, flagrantemente que a actividade do colono não cessa de exercer-se no melhor aproveitamento dessa riqueza... por muito que peze àqueles que nos julgam incapazes de explorar.

Vamos reproduzir aqui as indicações estatísticas do triénio de 1921-1923, em confronto com os numeros acusados em 1914, para que se veja como, no decénio, a progressão se efectuou, com honra para nós. Lamentavelmente, não nos foi possível obter as estatísticas completas do ano de 1924, muito embora saibamos que já se encontram organizadas. Neste ano, a exportação excedeu a do ano anterior e,—muito principalmente no que respeita ao milho, açúcar e café,—a

diferença atinge alguns milhares de toneladas. Mas já não será desconsolador o resultado que se verifica pelos algarismos que podemos apresentar.

Ora veja-se:

Açúcar		Algodão		Café				
Quilogramas	Valor (escudos)	Quilogramas	Valor (escudos)	Quilogramas	Valor (escudos)			
1914.....	2.976.537	268.581\$00	1914.....	165.589	47.640\$00	1914.....	4.458.387	610.296\$00
1921.....	6.074.430	1.449.604\$00	1921.....	409.446	1.071.705\$00	1921.....	5.076.500	5.404.095\$00
1922.....	7.665.816	2.013.434\$00	1922.....	749.261	4.215.566\$00	1922.....	10.304.359	33.211.860\$00
1923.....	7.151.226	10.763.126\$00	1923.....	373.459	5.717.088\$00	1923.....	6.031.699	34.696.482\$00

Cacáu		Coconote		Feijão		Fibras		
Quilogramas	Valor (escudos)							
1914.....	11.550	2.344\$00	1914.....	3.976.743	319.023\$00	1914.....	426	26\$00
1921.....	154.397	150.296\$00	1921.....	8.296.737	4.677.745\$00	1921.....	11.984	1.910\$00
1922.....	58.999	193.648\$00	1922.....	7.333.853	8.144.400\$00	1922.....	33.343	11.788\$00
1923.....	135.897	756.110\$00	1923.....	5.701.824	10.358.326\$00	1923.....	81.412	67.167\$00

Gergelim		Oleo de palma		Peixe seco				
Quilogramas	Valor (escudos)	Quilogramas	Valor (escudos)	Quilogramas	Valor (escudos)			
1914.....	25.265	1.264\$00	1914.....	1.342.762	131.531\$00	1914.....	4.311.494	172.980\$00
1921.....	110.468	7.605\$00	1921.....	4.267.428	3.051.880\$00	1921.....	5.401.355	688.256\$00
1922.....	65.673	41.111\$00	1922.....	3.019.536	5.011.834\$00	1922.....	5.060.150	2.256.282\$90
1923.....	138.517	107.149\$00	1923.....	2.160.313	6.288.306\$00	1923.....	6.101.991	6.774.441.00
Goma copal		Courocos secos		Diamantes				
Quilogramas	Valor (escudos)	Quilogramas	Valor (escudos)	Carats	Valor (Escudos)			
1914.....	218.108	15.442\$00	1914.....	561.454	246.704\$00	1921.....	106.719,35	9.061.762\$00
1921.....	269.601	98.446\$00	1921.....	650.069	1.672.041\$00	1922.....	98.682,46	31.084.975\$00
1922.....	242.947	133.148\$00	1922.....	597.045	2.696.551\$0\$	1922.....	91.493,13	72.965.772\$00
1923.....	72.675	154.148\$00	1923.....	680.775	4.509.964\$00			
Milho		Cera						
Quilogramas	Valor (escudos)	Quilogramas	Valor (escudos)					
1914.....	4.051.902	103.053\$00	1914.....	776.963	534.931\$00			
1921.....	27.273.972	6.107.950\$00	1921.....	833.016	1.987.410\$00			
1922.....	37.058.764	11.843.408\$00	1922.....	989.541	5.968.315\$00			
1923.....	31.520.956	25.938.264\$00	1923.....	871.952	8.019.134\$00			

Será conveniente que os detractores da obra colonizadora de Portugal reparem, principalmente, na progressão acusada pelos géneros da produção indigena.

As dividas da colónia

Quando no Parlamento se discutiu o empréstimo de 9.000 contos-ouro com que o ministro sr. Correia da Silva se propunha acudir á crise de Angola, houve illustres deputados que afflitivamente [bradaram contra tal liberalidade acusando a Provincia de sorvedeiro para cujo fundo se queria arrastar a Metrópole combalida.

Pois será bom que se conheça a quanto monta a divida total da Colónia, para que nunca mais a imprensa tenha occasião de reproduzir, para conhecimento e gáudio dos nossos amigos de além-fronteiras, as disparatadas orações dos *soi-disants* coloniais e financeiros parlamentares, cuja inconsciência totalmente se ignora... no estrangeiro.

Ora aí vai:

Resto do empréstimo autorisado por lei: de 27-5 de 1911.....	1.640.300\$00
Idem, idem, autorisado pela lei de 31-8-917.....	7.274.407\$82
Empréstimo de 1922, contratado com o B. N. U.	162.200.000\$00
Empréstimo gratuito, idem, idem.....	3.000.000\$00
Empréstimos de 1922-2923, levantados na C. G. D.	16.500.000\$00
Obrigações emitidas nos termos do Dec. n.º 129, de 17-4-922.....	3.000.000\$00
Empréstimo para o abastecimento de aguas no Lobito.....	3.600.000\$00
Idem, idem, em Loanda..	3.600.000\$00
Soma, em escudos	200.814.707\$82

Empréstimos, em libras, da Companhia dos diamantes, nos termos do contrato....	509.537-6-2
Levantamento por conta do empréstimo de consolidação da mesma Companhia..	30.000-0-0
Utilização do crédito de 3 milhões de libras pela Colónia	935.999-3-8
Soma, libras	1.475.536-9-10

Quere dizer que, presentemente, e na peor das hipóteses, a divida total

de Angola anda á roda de 340.000 contos, incluindo a sua divida flutuante. Isto, é claro, sem se tomar em conta as importancias já recebidas do empréstimo metropolitano, cujo montante ignoramos. Mas convirá, tambem, não esquecermos que uma avultada parte desse empréstimo foi destinada ao pagamento de letras por fornecimentos abrangidos pelo crédito de 3 milhões de libras, e a respectiva totalidade já figura nas contas supra.

Os encargos orçamentais que a divida de Angola ocasionará até 1935, não atingem 14.000 contos. E quer nos parecer que não é coisa que afli-

ja grandemente um orçamento cujas receitas ordinárias já vão para além de 100.000 contos.

Em 31 de Dezembro de 1924, a divida do Congo Belga era de 543.410.235 francos. E os seus encargos anuais para colonização e divida publica somavam, em 1924, 46.133.545 francos, num orçamento cujas receitas ordinárias se computavam apenas em 141.603.040 francos.

...E a Belgica não se queixa. Pelo contrario, — orgulha-se da obra que está realizando, sem medir os sacrificios, na sua colónia bem-amada.

Veja-se a diferença!...

A actividade particular em Angola

Os capitais presumiveis que, segundo informações fidedignas, se applicam no aproveitamento das vastas riquezas de Angola,—comercio, agricultura e industria,—são os seguintes:
Em moeda portuguesa;

Sociedades anónimas

	Numero	Capital
Cabinda.....	1	10.800.000\$00
Loanda.....	3	23.099.970\$00
Malanje.....	1	1.200.000\$00
Novo Redondo....	4	26.000.000\$00
Lobito.....	1	10.000.000\$00
Benguela.....	1	1.200.000\$00
Silva Porto.....	—	—\$—
Mossamedes.....	4	9.175.000\$00
Sá da Bandeira... 2		9.800.000\$00
Soma	17	91.274.970\$00

Sociedades diversás

	Numero	Capital
Cabinda.....	14	2.640.000\$00
Loanda.....	120	39.813.679\$87
Malanje.....	50	5.185.000\$00
Novo Redondo....	17	3.480.000\$00
Lobito.....	18	6.301.826\$68
Benguela.....	82	18.157.355\$46
Silva Porto.....	22	4.924.000\$00
Mossamedes.....	30	5.532.169\$00
Sá da Bandeira... 18		3.155.000\$00
Soma	371	89.189.061\$07

Firmas individuais

	Numero	Capital
Cabinda.....	1	12.000\$00
Loanda.....	52	7.444.465\$29
Malanje.....	72	4.684.000\$00
Novo Redondo....	12	6.401.000\$00
Lobito.....	3	90.000\$00
Benguela.....	6	4.050.000\$00
Silva Porto.....	8	830.000\$00
Mossamedes.....	30	913.000\$00
Sá da Bandeira... 56		7.259.000\$00
Soma	240	31.683.465,24

Capital em ouro:	
C. ^a dos Caminhos de Ferro de Benguela.....	13.500 contos
C. ^a dos Diamantes de Angola.....	9.000 »
C. ^a de Pesquisas Mineiras de Angola.....	1.800 »
C. ^a do Petroleo de Angola	4.675 »
Soma, ouro	28.975 contos

Em resumo: até fins de 1924 estavam trabalhando em Angola 628 principais firmas ou sociedades, com 212.147 contos de capital em escudos metropolitanos, e 4 Companhias, com 28.975 contos-ouro, podendo afirmar-se, sem grave risco, que é obra de poucos anos o muito que a actividade particular tem produzido.

FOMENTO GERAL DE ANGOLA

(FOGERANG)

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

CAPITAL: ESC. 5.400.000\$00

Empreendimentos agricolas, pecuarios, commerci is, industriais e financeiros, em Angola, directamente ou por meio de emprezas que deles especialmente se ocupem

Sociedades filiais já organizadas:

Companhia de Pescarias de Angola — Capital 1.000.000\$00

Companhia Agrícola-Pecuária de Angola — Capital 9.000.000\$00

Sindicato para o estudo do Tabaco em Angola — Capital 1.650.000\$00

Sociedades filiais em organização: Para exploração do algodão e exploração de oleaginosos

Séde: Rua dos Fanqueiros, 12 — LISBOA

End. teleg.: FOGERANG

Presidente do Conselho de Administração

HENRY BURNAY & C.^a

Administrador-Delegado

ERNESTO DE VILHENA

Administrador-Delegado em Africa:

Coronel EDUARDO MARQUES

Loanda, C. P. 332

End. telegrafico: FOGERANG

Missões de estudo em varias regiões da Provincia

Companhia do Amboim

Séde — Rua dos Correeiros, 70

LISBOA

Explorações agricolas
em Angola

(Amboim, Hanha do Norte (Lohito)
e Bailundo

Representação em Loanda,
Porto Amboim e Benguela

COMPANHIA

DO

Caminho de Ferro do Amboim

Séde — Rua dos Correeiros, 70

LISBOA

Concessionaria
do
Caminho de Ferro
do Amboim
e do porto de Porto Amboim

Distância de Porto Amboim a Gabela 128 kilom.
Kilometros construidos 80

Representação em Loanda e Porto Amboim

GOMES & IRMÃO, L.^{DA}

SEDE:

RUA DE S. JULIÃO, 11, 1.^o — LISBOA

FILIAIS:

LOANDA E LOBITO

Endereço telegrafico: IRMÃOS

Vendas por grosso e a retalho

Armazens de cereais — Merceria e vinhos — Padaria — Depósito de materiais de construção — Completo sortido de fazendas de todas as qualidades — Talho — Gado para exportação — Depósito de farinhas de todas as marcas — Criadores de gado bovino e suino de diversas raças — Agentes gerais das Companhias de Seguros: Bonança e Fidelidade — Seguros terrestres e maritimos.

Socios gerentes da firma CAMARA & C.^A L.^{DA}

Agentes da Companhia Nacional de Navegação

Concessionarios das minas de carvão em Zenza do Itombe

PARCERIA DOS VAPORES LISBONENSES

(Arrendatária das docas e oficinas do Porto de Lisboa)

Serviço permanente de reboques, salvamentos de navios e transportes fluviais de passageiros, bagagens e carga;

Aluguel de cábreas e outros aparelhos de força.

Trabalhos de sondagens e de mergulhadores.

Reparações de navios; limpezas, picagens (manual e a ar comprimido) e pinturas interiores de costados e de fundos.

Pequenas construções navais (rebocadores, lanchas, batelões, salva-vidas, etc.).

Demais trabalhos navais de todas as especiali-

dades metalúrgicas, de soldadura, de carpintaria de branco e de machado, de calafetos, etc.

Montagens e reparações de instalações electricas a bordo.

Obras hydraulicas.

Fornecem-se:

a) Indicações técnicas, orçamentos e planos.

b) Materiais para todas as obras e trabalhos referidos.

c) Dispositivos especiais para embarcações destinadas ao serviço colonial.

d) Tintas próprias para climas e águas tropicais.

Administração Central: — Cais do Sodré — LISBOA

Telefones | C. 1926 | Administração e serviço de transportes
| C. 2992 |
| C. 1588 | Oficinas, docas e obras

Endereço telegrafico:

“DRYDOCKS,,

Santos Machado & C.^a, L.^{da}

Comissões e Consignações

Importadores e Exportadores para Africa e Brazil. Representantes dos principais centros fabris, nacionais e estrangeiros

Rua do Bomjardim, 345 — PORTO — (PORTUGAL)

Endereço telegrafico: SAMALI — Telefone, 2482

Agências em: CABO VERDE -- Praia, S. Vicente e Ilha do Fogo. -- GUINÉ -- Bissau e Bolama. -- S. THOMÉ E PRINCIPE -- S. Thomé. -- ANGOLA -- Loanda, Ambriz, Malange, Benguella, Mossamedes e Sá da Bandeira (Lubango). -- AFRICA ORIENTAL -- LOURENÇO MARQUES -- Manjacaze.

aceitam agentes onde não os tiverem.

Companhia Nacional de Navegação

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Serviço regular entre a Metropole e a Africa Ocidental e Oriental Portuguesa

Saídas de Lisboa em 1 de cada mez para os portos
de Africa Ocidental e Oriental

Saídas de Lisboa em 15 de cada mez para todos os portos de Africa Ocidental

Saídas extraordinárias de Lisboa e portos do norte
da Europa para a Africa, unicamente para carga

FROTA DA COMPANHIA

PAQUETES

Nyassa.	8965 toneladas	Portugal	3998 toneladas	} Serviço de cabotagem
Angola.	8315 »	Luabo.	1385 »	
Lourenço Marques. . .	6355 »	Chinde.	1382 »	
Moçambique.	5771 »	Manica.	1116 »	
Africa	5491 »	Bolama.	985 »	
Pedro Comes.	5471 »	Ibo.	884 »	
Beira.	4973 »	Ambriz.	858 »	

VAPORES DE CARGA

Cubango, 8300 toneladas; S. Tomé, 6350 toneladas; Cabo Verde, 6200 toneladas
Dondo, 6000 toneladas; Congo, 5080 toneladas

REBOCADORES NO TEJO

“TEJO”, “CABINDA” E “CONGO”

Todos os vapores desta Companhia tem frigoríficos, luz electrica, excellentes acomodações e todos os modernos requisitos de navegação, proporcionando aos srs. Passageiros viagens rápidas e cómodas.

Escritórios da Companhia:

Rua do Comercio, 85 — LISBOA

Rua da Nova Alfandega, 34 — PORTO

AGENTES: ANVERS, Eiffe & C.º, Quai van Dyck, 10 — HAMBURGO, E. Th. Lind, Alsterdam 39 Euro-
pahaus. — ROTTERDAM, H. van Krieken, P O B 662

Telefones: Administração, C. 1527 — Chefe do Expediente, C. 1000 — Informações, C. 608 — Lesouraria
e Passagens, C. 2665 — Comissariado e Serviços Medicos, C. 3202 — Engenheiros (Cais da
Fundição), C. 3052 — Cais da Fundição, C. 2087 — Depósito e Armazem, C. 4012.

SOUSA MACHADO & C.^A

Sede em LOANDA

Angola — Cabo Verde — Lisboa

Importação e Exportação — Productos Coloniais
Cereais de Angola

Representantes privativos na África
Occidental Portuguesa da:

FORD MOTOR COMPANY E. U. A.

Sucursal no: LOBITO

Representação e Importação exclusiva de carros de turismo, camionetes, tractores FORDSON, accessorios e sobressalentes

Sucursal em Lisboa — RUA GARRETT, 62, 2.º

END. TELEG. } Para Angola — SOMA
 } Para Lisboa — SFGUE

SÁ LEITÃO & C.^A, L.^{DA} R. DA MADALENA, 45, 1.º
— LISBOA —
— Teleg.: "MONDEGO" — Lisboa —

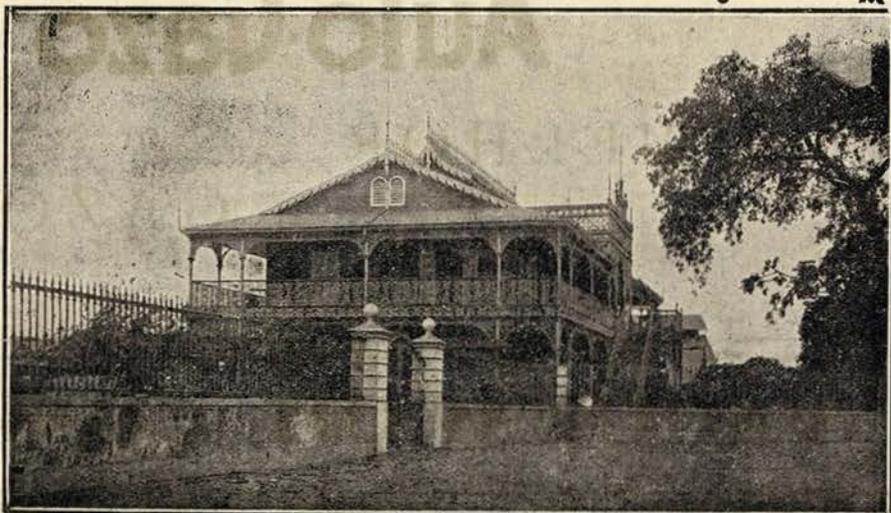
Importação e Exportação

directa das suas casas em ÁFRICA de todos os productos de ANGOLA (África Occidental Portuguesa)

Café, Cacau,
Coconote, Oleo de
palma, Urzela,
Borracha, Cera de
abelha, Goma
copal, Marfim etc.

Em deposito para
fornecimentos:

Fazendas, Quinquilharias,
Géneros alimentícios, Fer-
ramentas, Vinhos, Oleos e
variadissimos artigos da in-
dustria nacional e estran-
geira



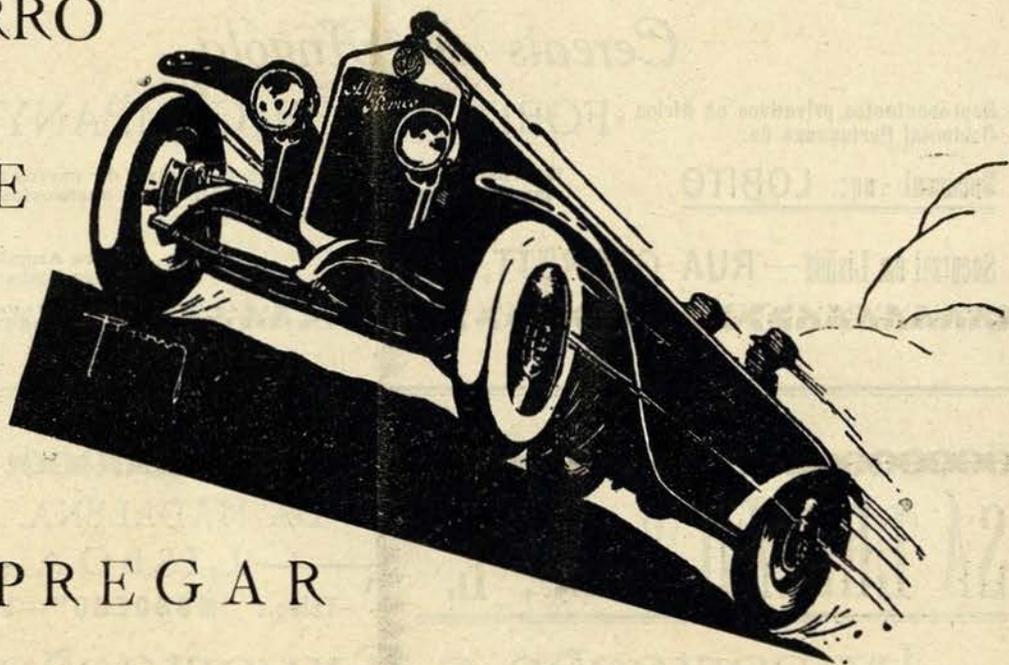
DEPENDENCIAS DE LOANDA

A VELOCIDADE

NUNCA FALTARA' AO

CARRO

QUE



EMPREGAR

Auto-Gazo

A MELHOR

GAZOLINA

LU

VACUUM OIL COMPANY